

Brasília

em debate

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan - Ano 2014 - Nº 8 - setembro

A Pesquisa como subsídio ao Planejamento



Entrevista Especial - Sergei Suarez Soares

Presidente do Ipea fala, entre outros assuntos, do processo de redistribuição de renda da última década que inseriu milhões de brasileiros no mercado de trabalho

codeplan

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

MISSÃO

A Codeplan tem a missão de apoiar o Governo do Distrito Federal nas ações de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Econômico, Social e Urbano, coletando, produzindo e disseminando informações para a tomada de decisões governamentais e melhoria contínua da qualidade de vida da população do Distrito Federal e sua região de influência.

Brasília em debate - Ano 2014 - nº 8 - setembro
1. Economia - Planejamento Territorial Distrito Federal (Brasil)
ISSN - 2316-820X

Índice

Apresentação	4
Carta ao Leitor	5
Entrevista Especial - Sergei Suarez Soares	7
XIX Encontro da Anipes Deborah Andrade	11
O projeto Contas Regionais do Brasil, parceria entre o IBGE e os governos estaduais Roberto Luís Olinto Ramos, Frederico Sérgio G. Cunha e Alessandra Soares da Poça	25
Projeções demográficas nacionais Bernadette Cunha Waldvogel	29
Cuidados necessários em pesquisas sociais e domiciliares Pedro H. M. Albuquerque	31
Cooperação Intragovernamental: os desafios das instituições e as políticas públicas Diana Meirelles da Motta	33
Idecon-DF Sandra Regina	37
Inflação Newton Marques	40
Sebrae leva capacitação às Regiões Administrativas do DF Christiane de Souza Gnone	41

Brasília em debate

Setembro
Ano 2014 - nº 8

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz - Governador

Nelson Tadeu Filippelli - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAN

Paulo Antenor de Oliveira - Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL CODEPLAN

Júlio Miragaya - Presidente

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Júlio Miragaya - Diretor respondendo

Diretoria Administrativa e Financeira

Salviano Antônio Guimarães Borges - Diretor

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Cargo vago

Diretoria de Estudos Urbanos e Ambientais

Maria da Glória Rincon Ferreira - Diretora

Secretaria Geral

Edivan Batista Carvalho - Secretário Geral

CONSELHO EDITORIAL

Paulo Antenor de Oliveira

Júlio Miragaya

Oswaldo Russo

Aldo Paviani

Ana Maria Nogales

Décio Munhoz

Roberto Piscitelli

Jusçanio Souza

Iraci Peixoto

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Deborah Andrade

Jornalista Colaboradora

Valda Queiroz (Reg. Prof.: 426-DF)

Editoração eletrônica e capa

Maurício Suda

Foto capa

Mauro Moncaio

Apoio

Cleusa Rocha, Eliane Menezes, Laerte Gouveia,

Mauro Moncaio, Nilva Rios e Toninho Leite

Estagiários

Brenda Sousa, Júlio Poloni, Lígia Lira e Thayanne Tavares

* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores

* Permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.

Periodicidade: trimestral
Tiragem impressa: 2,5 mil exemplares; policromia; 44 páginas.
Versão online: www.codeplan.df.gov.br
ISSN 2316-820X
Impressão: Gráfica Serrana
Pré-Impressão: Colorpress

Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CODEPLAN

SAM - Bloco H - Setores Complementares

CEP: 70.620-080 - Brasília - DF

Tel.: (0xx61) 3342-1021/1152

www.codeplan.df.gov.br

codeplan@codeplan.df.gov.br

Apresentação

A 8ª edição da Revista Brasília em Debate é dedicada ao mais importante evento nacional realizado em 2014 sobre Planejamento, Pesquisa e Estatística: o XIX Encontro da Anipes.

A Entrevista Especial traz Sergei Suarez Soares. O presidente do Ipea fala do papel, das ações e das parcerias do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para a construção das políticas públicas do país, e também conta como sua carreira profissional cresceu dentro do Instituto onde começou como estagiário.

Na reportagem de capa, o XIX Encontro Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística que reuniu em Brasília, durante três dias, mais de 400 participantes e grandes nomes nacionais e internacionais do segmento.

Os quatro artigos técnicos, todos de temas essenciais, são abordados por especialistas de renome nacional:

Roberto Luís Olinto Ramos, Frederico Sérgio G. Cunha e Alessandra Soares da Poça assinam "O Projeto de Contas Regionais do Brasil: parceria entre o IBGE e os Governos Estaduais", que tem como ponto forte um sistema de governança que permita a capacitação metodológica de equipes estaduais e uma ampla socialização do conhecimento para a produção de investigações complementares.

Bernadette Cunha Waldvogel apresenta o tema "Integração institucional para elaboração das projeções demográficas nacionais: uma realidade agora possível para os estados brasileiros" em que relata as atividades da Comissão de Demografia da Anipes, e destaca a minuta do Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o IBGE e as IPEs.

Pedro H. M. Albuquerque aponta os "Cuidados necessários em pesquisas sociais e domiciliares", e o convencimento da participação na pesquisa como um trabalho que deve ser construído por uma relação de confiança mútua entre pesquisador e entrevistado.

Diana Meirelles da Motta escreve sobre Cooperação Intragovernamental: "Os Desafios das instituições e as políticas públicas" e, entre outras considerações, afirma que para a efetividade da política urbana é preciso executar os projetos e as obras necessárias, eliminando os entraves burocráticos e criando um ambiente de confiança nas instituições.

O Sebrae no DF mostra nesta edição o programa Territórios da Cidadania que favorece mais de 2 mil micro-empresendedores em 17 regiões administrativas do Distrito Federal.

Boa leitura.

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) e a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes) promoveram entre 13 e 15 de agosto, em Brasília, o XIX Encontro Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística. O evento realizado nas instalações do Sebrae Nacional, teve a participação de cerca de 400 pessoas de mais de 50 instituições de 22 unidades da federação, e marcou o processo de consolidação da Anipes.

A abertura no dia 13 de agosto, que foi também Dia do Economista, reuniu alguns expoentes brasileiros e internacionais das áreas de planejamento, pesquisa e estatística, como a presidente do IBGE, Wasmália Bivar; o presidente do Ipea, Sergei Suarez; o representante da ONU no Brasil, Jorge Chediek; o representante do Banco Mundial, Boris Utria; e o diretor-superintendente do Sebrae no DF, Antônio Valdir Leite.

Em minha saudação à mesa e aos participantes, apontei a importância do tema central do Encontro - "A Pesquisa como Subsídio ao Planejamento", enfatizando o papel crucial das instituições nacionais e internacionais na elaboração de pesquisas e estudos indispensáveis para toda gestão pública e privada.

Os encontros da Anipes são sempre um momento de articulação e intercâmbio entre suas associadas e, entre estas e as duas grandes instituições nacionais que são o IBGE e o Ipea. Neste XIX Encontro foi dado também um passo muito importante: o de estabelecer uma relação mais próxima com os organismos internacionais.

Nos três dias de intensa programação, ocorreram duas conferências, quatro mesas-

redondas, dois workshops, cinco cursos e 10 sessões temáticas, com a apresentação de mais de 40 trabalhos técnicos por especialistas de notória qualificação.

O fortalecimento das instituições estaduais e municipais de planejamento, pesquisa e estatística nos últimos anos foi a base para a consolidação da Anipes, que vive uma nova etapa. Nos últimos três anos, foram constituídas cinco Comissões Temáticas e o Fórum dos Presidentes e Gestores das instituições estaduais, que fez sua primeira reunião em 2013 em Brasília, a segunda em 2014, em Vitória, e já têm sua terceira reunião programada para 2015 no Rio de Janeiro.

Nesta oportunidade, a Codeplan, que tem um qualificado corpo técnico composto, entre outros, de economistas, geógrafos, estatísticos, demógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos e assistentes sociais, manifesta sua imensa satisfação de fazer parte da comunidade das instituições de planejamento, pesquisa e estatística e ter sido protagonista desse momento de afirmação dessas instituições e de sua associação nacional.

Os desafios para os próximos anos são enormes, começando pela ampliação das parcerias com os órgãos nacionais, com o IBGE nas áreas de projeções demográficas e de regionalização, a exemplo do que já ocorre com o Sistema de Contas Regionais, e com o Ipea, firmando parcerias para o desenvolvimento de projetos de interesse comum; iniciando parcerias com as organizações internacionais presentes no Brasil e passando pela maior cooperação entre as próprias instituições estaduais. Que o XX Encontro da Anipes em 2015 possa ser expressão desse avanço.

Júlio Miragaya
Presidente da Codeplan

Atendimento ao Cidadão

Pela Central de Relacionamento do GDF, você obtém informações e orientações, dá sugestões e pode fazer reclamações sobre serviços prestados pelo GDF.

A ligação é gratuita!

156	Opção 1	Violação de direitos, trabalho infantil, exploração sexual, Bolsa Família, população de rua - Sedest
	Opção 2	Telematrícula (*), Ensino de Jovens e Adultos, DF Alfabetizado - Secretaria de Educação
	Opção 3	IPTU, IPVA, Nota Legal - Secretaria de Fazenda (*)
	Opção 4	Horários e itinerários de ônibus, Integração, Passe livre - DFTrans
	Opção 5	Programas habitacionais, análise de crédito, documentação para regularização de lote - CODHAB (*)
	Opção 6	Combate à Violência Contra a Mulher
	Opção 7	Disque Racismo - Casos discriminatórios étnico-racial
	Opção 8	Disque Idoso - Casos discriminatórios contra idosos (*)
	Opção 9	Demais informações do GDF
160	Opção 1	Disque Saúde - Ouvidoria da Secretaria de Saúde
	Opção 2	Agendamento e solicitação de doação de sangue - Fundação Hemocentro de Brasília (*)
	Opção 3	Farmácia Ambulatorial Especializada - Agendamento para retirada de medicamentos (*)
	Opção 4	Doação de leite materno - Banco de Leite Humano, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
162	Opção 1	Reclamações, elogios, sugestões e solicitações - Ouvidoria do GDF
	Opção 2	Denúncias - Ouvidoria do GDF (*)
192		SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Atende às solicitações telefônicas de urgência da população (24 horas)
0800-644-9060		Combate à Corrupção - Registro de denúncias de irregularidades em contratos e licitações (*)

Horário de funcionamento (exceto SAMU)

Segunda à sexta-feira: 7h às 21h

Sábados, domingos e feriados: 8h às 18h

(*) Segunda à sexta-feira: 7h às 19h

A trajetória e os desafios do Ipea

O Brasil precisa aumentar sua produtividade e seus investimentos e combater o capitalismo cartorial



Sergei Suarez Soares é graduado em Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) (1990), Mestre (1995) e Doutor (2010) em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é presidente do Ipea, onde começou a trabalhar em 1998, como técnico de Planejamento e Pesquisa.

BD - O Brasil promoveu, ao longo da última década, um rico processo de redistribuição de renda e a inserção de milhões de brasileiros no mercado de trabalho, elevando-os à condição de cidadãos. Qual sua avaliação desse processo?

Sergei Soares - Em meados da década de 90, o Coeficiente de Gini no Brasil estava batendo nos 60. Em 1996 e 1997, por exemplo, foi superior a 60. Isso nos colocava basicamente como o país mais desigual do mundo, tirando alguns para os quais a comparabilidade era muito baixa. Na Pnad de 2012 o nosso Gini era 52,6. Ou seja, ainda somos um país desigual, mas muito menos que o éramos. Não somos mais campeões mundiais, nem sequer latino-americanos, de desigualdade. Trata-se de uma redução de mais de 10% da nossa desigualdade inicial. Ainda somos um país desigual e falta um longo caminho até chegarmos a um Coeficiente de Gini entre 30 e 40, que é o que um país com as características do nosso pode obter. Como economista, olho os números

frios. Mas por trás destes números existem pessoas. São idosos que vivem uma aposentadoria muito melhor graças ao aumento do salário mínimo; é um pai ou mãe de família que graças ao Bolsa Família não precisa viver constantemente angustiado sem saber de onde virá a próxima panela de feijão da sua família; é um menino ou uma menina para quem a vida de classe média desejada por nossa cultura já é um pouco menos inatingível. Acredito ser esta a transformação mais importante das últimas décadas na sociedade brasileira e o Ipea foi desde os primeiros momentos um dos principais observadores e atores deste processo. No entanto, é importante frisar que é preciso avançar. Um Coeficiente de Gini de 52,6 não é nem próximo de aceitável como meta civilizatória.

BD - E o crescimento econômico brasileiro? É possível retomá-lo, mesmo em meio à crise econômica mundial?

Sergei Soares - Tudo é possível, mas será difícil. A retomada do crescimento sustentado exige decisões difíceis por parte da sociedade brasileira. Há dois desafios: o da produtividade e o do investimento. Tanto a produtividade multifator quanto a produtividade do trabalho do Brasil estão estagnadas ou quase estagnadas há algum tempo. Temos um projeto no Ipea para levantar as razões por trás da baixa produtividade, mas há várias coisas que sabemos que são importantes: melhorar a qualidade da educação, aumentar a taxa de investimento e, certamente, combater o capitalismo cartorial que temos no Brasil, abrindo espaço para mais concorrência nos mercados onde for possível, e uma melhor regulação nos demais.

BD - Um dos principais desafios para o País é ampliar e modernizar sua infraestrutura, condição, inclusive, para aumentar a produtividade (outro desafio a enfrentar). Qual o caminho para o Brasil nesse sentido?

Sergei Soares - A taxa de investimento no Brasil hoje é próxima a 17% do PIB. Não há dúvida de que isto é insuficiente para uma taxa de crescimento sustentado superior a 2-3%. Há vários desafios. O primeiro é lidar com leis (e interpretações de leis) que dificultam sobremaneira o investimento do setor público. No Brasil, com a melhor das intenções, criamos um conjunto de leis

e suas interpretações que fazem da construção de uma ponte um desafio quase insuperável. Uma missão é convencer a opinião pública que este ordenamento jurídico precisa mudar e o segundo é, de fato, mudá-lo. Nós no Ipea já estamos trabalhando neste tema e temos um grupo de trabalho multidiretoria dedicado a descobrir como fazer o Estado investir com mais rapidez e eficiência.

O segundo desafio é o financiamento. Não há dúvida de que o Estado precisa aumentar sua taxa de investimento. Não apenas pelo fato desse investimento ser fundamental para a oferta de todo tipo de bem público como também pelo fato do investimento público sinalizar ao setor privado que é hora dele também investir.

Para um aumento grande do investimento público, é preciso aumentar a taxa de poupança. Não há dúvida de que instrumentos como PPPs ajudam, mas tampouco há dúvida de que precisamos de mais poupança para termos mais investimento. Neste tema também temos um grupo de trabalho e devemos ter resultados em breve de estimativas de como se pode financiar mais investimento.

BD - Há 22 anos o senhor chegou ao Ipea como estagiário e hoje é presidente. Fale dessa experiência e das transformações que presenciou no Instituto ao longo desse tempo.

Sergei Soares - Vejo o Ipea hoje em uma luz muito positiva. Quando cheguei como estagiário da Anna Peliano há duas décadas, o Ipea se encontrava em transição entre dois modelos. O Instituto que fazia planejamento diretamente estava gradualmente morrendo e o Instituto que fazia pesquisa para o planejamento estava nascendo. Foi uma transição difícil que envolveu mudanças profundas na cultura da casa, mas acho que hoje boa parte dela já foi feita. Hoje, temos inserção em inúmeros ministérios, em alguns

“Um Coeficiente de Gini de 52,6 não é nem próximo de aceitável como meta civilizatória.”

casos o diálogo é realmente muito próximo e, principalmente, feito com base em pesquisas de alto nível.

BD - O Ipea completa 50 anos e comemora o Jubileu de Ouro. Neste meio século, o Instituto registra uma trajetória positiva para o País?

Sergei Soares - Sem dúvida. Para a comemoração do Jubileu – que foi muito mais modesta que o que gostaríamos que tivesse sido devido à legislação eleitoral – fiz uma rápida contagem de políticas que o Ipea influenciou de modo decisivo, desde o Plano Decenal até o Brasil Sem Miséria. As contribuições foram tantas que tive que fazer uma amostragem. O Ipea nestes 50 anos esteve presente continuamente na formulação das políticas para o desenvolvimento do Brasil.

BD - Ao tomar posse em maio deste ano, o senhor apontou duas novas ações no Ipea: a Sala de Sigilo e o Extrato de Dados que permite o cruzamento de informações em base de micro dados pela internet. O que são essas inovações?

Sergei Soares - O objetivo da sala de sigilo é aproveitar a presença cada vez maior no nosso país de registros administrativos cada vez melhores. Para usar cada registro administrativo separadamente não é preciso uma sala de sigilo – basta desidentificar cada base e se transforma em uma base de dados qualquer. No entanto, o verdadeiro potencial dos registros administrativos reside na sua combinação. Para tanto

precisamos de registros identificados. Para proteger a privacidade das pessoas ou instituições nestes registros identificados, precisamos de uma sala de sigilo.

A sala de sigilo do Ipea cumpre todos os requisitos físicos e legais de salas de sigilo ao redor do mundo. A entrada é mediante identificação biométrica, os computadores dentro da sala não têm nenhum tipo de porta de saída de dados, há câmeras filmando tudo e a sala é fisicamente isolada da rede do Ipea. O extrator é mais simples, mas não menos importante. Permite com que pessoas leigas possam fazer tabelas usando os diversos bancos de dados aos quais o Ipea tem acesso.

BD - Uma afirmação sua recente, é a de que “política pública é o nome do meio do nosso Instituto”. O que isso significa?

Sergei Soares - Significa que desde nossa fundação há 50 anos até agora, a preocupação principal, não, a obsessão, desta casa tem sido com relação com as políticas públicas. A pesquisa que o Ipea faz é feita justamente para subsidiar o desenho de políticas públicas. É para isso que existimos.

BD - Na missão do Ipea de subsidiar o Governo na tomada de decisões em políticas públicas, existem outras ações além de pesquisas e estudos nas áreas econômica e social?

Sergei Soares - Concentramos nossos esforços em avaliação de políticas públicas, que fazemos a há muito tempo; desenho de políticas públicas, que também fazemos há muito tempo; e construção de cenários, que é uma atividade mais recente. O Ipea tenta chegar a melhores políticas públicas para o Brasil mediante estas três vias.

BD - Como o Estado brasileiro tem se apropriado das informações do Ipea e como as tem aplicado nas suas estratégias de gestão?

Sergei Soares - É variável. Depende muito do contexto histórico e das relações de confiança que existem entre os grupos que fazem a gestão de cada política. A construção de relações de confiança é fundamental para que nossas análises se transformem em políticas públicas. Uma pesquisa de ótima qualidade pode ficar acumulando pó em alguma prateleira se não houver um bom relacionamento entre o pesquisador (ou alguém que o represente) e os gestores da política estudada.

BD - Em quais políticas públicas o Governo mais tem se utilizado dessas informações?

Sergei Soares - A gama de políticas que foram fortemente influenciadas por esta casa é vasta: vai desde o Plano Decenal ao Brasil Sem Miséria, passando pelos I e II PND, a criação do SUS, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a Lei das defensorias públicas, o novo modelo de concessão rodoviária... Isso para falar de alguns poucos. Há muito mais e é demais para uma entrevista. Seria um livro inteiro.

BD - O Ipea trabalha com análises de sistemas complexos? O que são estes sistemas e como são produzidos diagnósticos a partir deles?

Sergei Soares - Complexidade é um tema novo e muito interessante no Ipea. Estamos começando a trabalhar o tema nas nossas análises de políticas públicas.

BD - O Ipea produz cerca de 300 publicações técnicas por ano. Como garantir qualidade a tamanha quantidade?

Sergei Soares - É impossível ter uma garantia infalível de qualidade. Com tantos pesquisadores produzindo tantas publicações sempre haverá uma heterogeneidade na qualidade do que produzimos. No entanto, temos uma série de mecanismos, como

pareceres internos e externos para ter algum controle de qualidade, ainda que imperfeito.

BD - O que representa o fato da presidência e a diretoria do Ipea serem formadas exclusivamente por técnicos de carreira?

Sergei Soares - Representa, antes de tudo, o grau de confiança que o Ministro Marcelo Neri tem na casa. Eu pessoalmente, agradeço esta confiança. Uma diretoria inteiramente da casa tem aspectos positivos e negativos. Do lado positivo, esta diretoria conhece a casa de modo íntimo, Conhecemos suas forças e fraquezas, todas suas idiossincrasias. Do lado negativo, as vezes é difícil exercer a autoridade com pessoas que se conhece intimamente.

“Vejo na Codeplan um parceiro importante para a construção de pesquisas em comum que se referem ao Distrito Federal.”

BD - Quais são os próximos desafios do Ipea?

Sergei Soares - O maior desafio é o de sempre: produzir mais e melhores pesquisas com mais inserção no processo decisório das políticas públicas, para contribuir com o desenvolvimento do nosso país.

BD - A Anipes realizou em agosto, o seu 19º Encontro, onde foram debatidos temas essenciais para planejamento, pesquisa e estatística. Qual a importância de eventos como este para o setor e para o País?

Sergei Soares - O Brasil é um país federativo. A maior parte do gasto público é efetuado por estados e

municípios. Cada estado e município tem sua casa legislativa. Cada estado tem seu próprio judiciário. Não se pode pensar todas as políticas públicas de Brasília sem diálogo com os demais níveis federativos. Isto quer dizer que as instituições reunidas na Anipes são fundamentais para as políticas públicas e, portanto, para o Ipea. A Anipes reflete um sistema de pesquisa e planejamento do qual o Ipea é parte e que é fundamental para o país.

BD - A Anipes pode ser uma parceira importante frente aos desafios futuros do Ipea?

Sergei Soares - Não apenas a Anipes, mas todos os membros desta organização devem ser parceiros importantes para o Ipea na missão de fazer pesquisa para políticas públicas.

BD - É do conhecimento público que, em governos anteriores, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal sofreu um sério desvirtuamento de suas funções. Qual a sua visão sobre o processo de recuperação da Companhia?

Sergei Soares - Não devo muito opinar sobre organizações que não o Ipea, mas vejo na Codeplan um parceiro importante para a construção de pesquisas em comum que se referem ao Distrito Federal. Temos um Acordo de Cooperação Técnica e queremos muito uma parceria mais estreita.

BD - Que parcerias são possíveis entre Ipea e Codeplan no âmbito da cooperação entre Ipea e Anipes?

Sergei Soares - Houve uma parceria forte entre o Ipea e o GDF na construção do DF Sem Miséria. A Codeplan participou do processo, mas não foi o parceiro principal. Penso que podemos efetuar pesquisas em comum de avaliação das diversas políticas públicas no Distrito Federal. ■

www.codeplan.df.gov.br

Acesse. Informe-se.

The screenshot shows the homepage of the Codeplan website. At the top, there is a navigation bar with links for PORTAL GDF, OUVIDORIA GERAL, CIDADÃO, EMPRESAS, SERVIDOR, and AGÊNCIA BRASÍLIA. The main header features the Codeplan logo and the text 'Companhia de Planejamento do Distrito Federal'. Below this, there is a secondary navigation bar with links for A COMPANHIA, LICITAÇÕES, ÁREAS TEMÁTICAS, ARTIGOS, NOTÍCIAS, IMPRENSA, PARCEIROS, and WEBMAIL. A news ticker at the top right displays the date and time: 'GDF AGORA: 25/07/2014 08:12 - Ex-triatleta Leandro Macedo visita Centro Olímpico a...'. The main content area is divided into several sections. On the left, there is a large image of a seminar titled 'Seminário Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia' with a 'LEIA MAIS...' link. To the right of this image are two promotional boxes: 'ACESSO À INFORMAÇÃO' and 'ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO ELEITORAL'. Below the main image is a 'DESTAQUES' section with three featured articles: 'Guará: Uma região dinâmica', 'Economia do DF cresce acima da média nacional', and 'I Seminário Perspectivas para o Desenvolvimento da RIDE-DF'. Each article includes a small image and a 'Leia Mais' link. On the right side of the page, there is a vertical column of service links: 'Portal da TRANSPARÊNCIA', 'OUVIDORIA CODEPLAN', 'Brasília em debate', 'PDAD Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios', 'PMAD Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios', 'Observatório ODM DF', 'Geo Serviço da Codeplan', 'População e Renda per capita', and 'IDECON-DF Índice de Desempenho Econômico do'. At the bottom, there is a 'DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL' section with dropdown menus for the year (2014), month (Julho), and a selection for the specific diary entry.

XIX Encontro da Anipes

Três dias de imersão na Pesquisa como subsídio ao Planejamento

(*) Deborah Andrade

O dia do Economista, 13 de agosto, marcou também o início de uma “maratona” de conhecimento e expertise sobre Planejamento, Pesquisa e Estatística.

O XIX Encontro Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística, reuniu, durante três dias, expoentes brasileiros e internacionais em torno de cinco Cursos, quatro Mesas Redondas, dois Workshops, dez Sessões Temáticas, duas Conferências, quatro Reuniões de Comissões Temáticas, duas Reuniões Técnicas e a Assembleia Geral.

O que não faltou foi fôlego e disposição aos quase 400 participantes, que representaram 50 instituições de 22 unidades da federação e trocaram experiências promovendo a maior interação técnica já registrada em eventos desta natureza.



Logo na abertura, o tom de um evento de alta qualidade.

Ao abrir o XIX Encontro, o economista e presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), Júlio Miragaya, saudou a todos e apontou a importância do tema central - A Pesquisa como Subsídio ao Planejamento - e enfatizou o papel crucial das instituições na elaboração de pesquisas e estudos indispensáveis para toda gestão pública e privada em todos os níveis: "Os Encontros da Anipes são sempre um momento de articulação e intercâmbio entre suas associadas e as duas grandes instituições nacionais que são o IBGE e o Ipea.

Neste XIX Encontro estamos dando um passo muito importante: o de também estabelecer uma relação mais

próxima com os organismos internacionais. Estamos vivendo uma nova etapa para a Anipes e para as instituições de pesquisa, planejamento e estatística. Nos últimos três anos avançamos muito.

Formamos as cinco comissões temáticas na Associação Nacional, que estão funcionando muito bem, e instituímos o fórum dos presidentes e gestores das instituições estaduais, que já tem sua terceira reunião programada para 2015".

O presidente do Sebrae no Distrito Federal, Antônio Valdir Filho, ressaltou o trabalho desenvolvido pela Codeplan nos últimos anos: "Brasília é uma cidade maravilhosa, com um setor produtivo que gera renda e com pessoas e instituições de muito valor como a Codeplan".

Outro integrante da mesa, Boris Utria, consultor do Banco Mundial no Brasil, destacou as mudanças positivas pelas quais o Brasil vem passando nos últimos anos e o papel das instituições de pesquisa no levantamento e acompanhamento do cenário social.

Na mesma linha, Jorge Chediek, coordenador-residente do PNUD no Brasil, disse que o planejamento na formulação e monitoramento das políticas públicas é essencial e que os dados brasileiros são de elevada qualidade técnica: “Afortunadamente, o Brasil continuou a valorizar o planejamento, enquanto no resto do mundo ele foi destruído. O Brasil é um país diferente, com uma nova sociedade, com ganhos significativos como o aumento da expectativa de vida, da escolaridade da população e da própria qualidade técnica das pesquisas e do monitoramento. Há países que querem redesenhar seus programas sociais baseados na experiência brasileira, que também é reconhecida mundialmente. Criamos o Atlas de Desenvolvimento Humano que traz 180 dados sociais para os 5.635 municípios do Brasil e já registra cinco milhões de visitas na sua página da internet. Nenhum país no mundo tem isso”.

Sergei Suarez Soares, presidente do Ipea, traçou um breve cenário socioeconômico do Brasil e falou sobre o aperfeiçoamento e a coesão da Rede Ipea que congrega várias instituições em um mesmo ambiente técnico e promove parcerias em vários estudos e pesquisas: “As últimas décadas foram de sucesso, mas temos enormes desafios pela frente: desafios fiscais e de infraestrutura. Precisamos aumentar a produtividade que, ao longo do tempo, comparada a outros países como Coréia e China, não vai muito bem, e investir fortemente em infraestrutura que é um dos grandes gargalos do nosso país. Precisamos de pesquisa, planejamento e coordenação e, neste sentido, acho que a Anipes é fundamental”, concluiu.

A presidente do IBGE, Wasmália Bivar, lembrou que não existe planejamento sem informação e que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é parceiro da Anipes desde seus primeiros passos. Wasmália citou o projeto das Contas Regionais como um modelo que está se expandindo para outros estudos: “Queremos realizar em conjunto porque sabemos da importância da parceria para fazermos melhor”.

Do Diagnóstico aos Resultados: os Desafios do Planejamento e o Monitoramento das Políticas Públicas.

A primeira Conferência teve a mediação de Júlio Miragaya, presidente da Codeplan, e palestras de Eduardo Ortiz, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/Nova Iorque/EUA), e Márcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA).



Eduardo Ortiz

Eduardo Ortiz destacou o trabalho realizado pelo PNUD que propõe reformas e aperfeiçoamento das políticas sociais e fiscais a partir de diagnósticos baseados em pesquisas. Analisando a aplicação de recursos na área social e a questão tributária em alguns países da América Latina e Brasil, ele afirmou que a taxa de investimentos na área social no Brasil está acima de 24% mas, em geral, dependendo das políticas fiscais, os governos “dão com uma mão e tiram com a outra, em forma de impostos”: “No Brasil, a carga tributária faz 15,2% voltarem novamente à vulnerabilidade”, apontou.



Júlio Miragaya e Márcio Pochmann

Márcio Pochmann fez um balanço das atividades de planejamento no mundo e no Brasil, identificando uma série de obstáculos à construção de políticas nacionais de avaliação e monitoramento. “Chamo a atenção para a perspectiva de se combinar planejamento, pesquisa, produção de conhecimento e políticas públicas, que é algo recente no capitalismo. O planejamento até a Segunda Guerra mundial era circunscrito às demandas da guerra e só nas décadas seguintes é que isso começa a mudar. As guerras transformaram a forma hegemônica do capitalismo em império e aí vemos surgir os Estados Unidos como centro dinâmico. O Brasil está muito aquém de se transformar em um centro dinâmico, pois não possui as características para tal (moeda internacional, forças armadas e capacidade de produção e difusão do trabalho técnico). Temos ilhas de excelência no conhecimento técnico, como

Embraer e Petrobrás, temos produção acadêmica mas, no momento de se confirmar esse conhecimento, o país ainda não marca sua presença. Exemplo disto é a questão dos registros de patentes, cuja produção brasileira é muito baixa. Estamos diante de algumas questões: como fazer planejamento, como escutar a população e como fazer políticas públicas em esferas em que não se tem autonomia. O esvaziamento do Estado tem implicações diretas nas instituições de conhecimento e realização de pesquisas. O conhecimento é o elemento central da mudança da realidade, mas ele em si não é suficiente. Precisamos de instrumentos, de gestão, de vontade política, pois vivemos um quadro de desequilíbrio entre o poder público e o econômico”.

Cooperação Intragovernamental entre as IPEs e os Gestores Públicos. Com a mediação de Maurilio Lima, presidente da Anipes, a segunda conferência trouxe o economista José Luiz Pagnussat e a arquiteta Diana Motta.

Maurilio Lima falou da importância do XIX Encontro: “Trará importantes contribuições para uma melhor compreensão da pesquisa como subsídio ao planejamento. A Anipes e suas associadas produzem informações que trazem resultados, pois permitem a definição de políticas públicas e alimentam todos os demais segmentos da sociedade”. Sobre Cooperação Intragovernamental entre as IPEs e os Gestores Públicos, destacou a apropriação dos indicadores pelos gestores e a qualidade dessas informações. “A cooperação intragovernamental entre as instituições e os gestores públicos é de grande importância e este encontro permitiu fechar o ciclo das discussões sobre as instituições que realizam pesquisas e abrir o leque de novas discussões”.

José Luiz Pagnussat disse que trazia para o debate o olhar do governo federal, com a perspectiva de ex gestor público e de professor que atua na capacitação de dirigentes e gestores públicos. Em breve histórico, falou da retomada do planejamento nos últimos 15 anos, após um desmonte das áreas de planejamento dos ministérios e instituições, a partir do final da década de 1980 até meados da de 1990. Para ele, as instituições sofreram não só pela incerteza, mas também pela inexistência de concursos e de

investimentos na renovação de seus quadros. “A reconstrução foi demorada, difícil, e ainda engatinha, especialmente na estrutura de planejamento dos ministérios e de muitos Estados, onde faltam subsídios para a elaboração de projetos de qualidade. Mas o contexto atual é positivo, pois o gestor público busca informações para se atualizar, acompanhar e utilizar os diversos indicadores e análises produzidos pelas instituições. E mais, hoje os instrumentos de transparência são eficientes no controle da gestão e execução das políticas públicas. Por exemplo, o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento - Sispac, baseado em informações geradas pelo IBGE - mapas e banco de informações, já existe como ferramenta de acompanhamento das metas governamentais”.

Diana Motta falou com base na sua experiência em pesquisas em rede e sobre a responsabilidade das instituições pela efetividade das políticas públicas tendo a pesquisa como subsídio ao planejamento. “O país vive hoje um momento oportuno para rever o ambiente legal e normativo que orienta as políticas públicas. Este ambiente é rígido, complexo e de profunda desconfiança, e necessita, de fato, uma reforma. Além disso, é preciso mostrar o esforço que os técnicos fazem na busca da cooperação intragovernamental. Há 20 anos tenta-se regulamentar as normas para cooperação, em especial da



Diana Motta, Maurilio Lima e José L. Pagnussat

Constituição Federal, nos temas relativos à habitação, transporte e às políticas urbanas. Alguns setores já conseguiram avançar nessa regulamentação, como o Meio Ambiente, mas a questão urbana precisa ainda ser resolvida, em função das atribuições compartilhadas entre União, estados e municípios. Há desafios urbanos e o Brasil

terá que fazer um esforço muito grande para cumprir as metas dos Objetivos do Milênio, especialmente sobre saneamento básico e os assentamentos precários. Reconhecemos o trabalho feito até agora, mas os resultados alcançados ficam muito aquém das necessidades”.

De 2000 a 2010, segundo o IBGE, os assentamentos precários duplicaram. E o sistema de soluções é complexo. Segundo a Controladoria Geral da União (CGU), 74% dos contratos não saem do papel, ou seja, a cada dez projetos apenas três são efetivados devido à burocracia de procedimentos, licenças, regularização fundiária, entre outros entraves. Por outro lado, grande parte das prefeituras não tem recursos nem servidores capacitados para executar adequadamente os projetos. “No contexto das políticas públicas é fundamental que se forme um pacto republicano e federativo, envolvendo não apenas os três entes federados mas também o Ministério Público e a sociedade, visando a uma reforma de natureza institucional e normativa no Brasil, para melhorar no efetividade das políticas públicas regionais e urbanas no país. É um processo bastante longo, mas temos que enfrentar, pois se não houver um esforço maior, nós nunca vamos conseguir, e nenhum país pode passar 30 anos para regulamentar uma favela”, concluiu Diana.

Em cinco cursos, conhecimento e atualização.

Imputação de Dados em Pesquisa de Amostragem foi o tema ministrado pelo instrutor Tiago Dantas, especialista da Diretoria de Pesquisas e Coordenação de Métodos e Qualidade do IBGE, que falou sobre conceitos básicos e as técnicas de imputação de dados que podem ser aplicadas na elaboração de pesquisas de amostragem para otimizar o tratamento da não-resposta, possibilitando



maior eficiência na interpretação das informações levantadas: “Esse método traz benefícios como o custo reduzido para produção da pesquisa, uma grande velocidade na coleta, análise e precisão dos dados”.

PNAD Contínua - uma nova metodologia. Com a presença de mais de 70 técnicos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou este curso com os instrutores Cimar Pereira, Coordenador de Trabalho e Rendimento, e Maria Lúcia Vieira, gerente da PNAD, que mostraram as inovações da metodologia e dos conceitos aplicados à PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, aplicada em todo país em 3.400 domicílios com 211.344 questionários e divulgada trimestralmente desde 2011. Uma constatação é a de que uma das maiores dificuldades é o pesquisador ser atendido pelos moradores, especialmente nas regiões de maior poder aquisitivo e em prédios de apartamentos. No Distrito Federal, a taxa de não-resposta é uma das mais altas do País, em geral, acima da média nacional registrada que é de 9%.

Infraestrutura de Dados Espaciais. O pesquisador em Informações Geográficas do IBGE, Luis Bahiana, apresentou uma síntese e um breve histórico sobre Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE): os componentes (atores, dados, meta dados, tecnologias, padrões e normas); o processo de adesão; o plano de ação e sua importância como ferramenta de acompanhamento das Políticas Públicas. Os participantes também puderam acessar o visualizador da INDE e o catálogo de meta dados. Este curso, que normalmente dura três dias, serviu para mostrar aos técnicos os primeiros passos para domínio da INDE e sua filosofia de compartilhamento de dados geoespaciais por padrões na internet.



Cadastro Único de programas Sociais. O uso na gestão, monitoramento e avaliação de programas sociais, tendo como base o Cadastro Único, foi o foco deste curso que teve como instrutores Joana Mostafa, Diretora do Departamento de Cadastro Único, e Alexander Cambraia, Técnico da Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, ambos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O Cadastro Único, implementado em 2001, tem atualmente 26 milhões de indivíduos cadastrados. É o portal de entrada dos programas sociais do Governo Federal que identifica e caracteriza os segmentos mais vulneráveis da população e permite a criação de indicadores que orientem as políticas públicas em todo o país. Isso potencializa a construção de uma rede de



promoção e proteção social que articula programas como o Bolsa Família; Pronatec e Minha Casa, Minha Vida. A Caixa Econômica Federal é o agente operador do Cadastro Único e responsável pelo desenvolvimento do sistema sob a supervisão e orientação do MDS.

Empreendedorismo. O consultor do Sebrae do Distrito Federal, Roberto Rocha, trouxe um pouco da história do empreendedorismo a partir da interpretação de uma pesquisa realizada pela ONU em 67 países, que retrata o desenvolvimento de comunidades e sua dificuldade em se expandir economicamente por falta de capacidade empreendedora. Rocha argumentou que o avanço social e econômico local tem três bases de motivação que devem existir em equilíbrio: *realização, afiliação e poder*. O empreendimento deve atender a alguma necessidade real para que haja um negócio e, por sua vez, empreendedorismo. "O negócio por um simples encantamento não prospera. É importante entender e desmistificar o empreendedorismo".



Mesas Redondas: debates qualificados sobre análises de cenários socioeconômicos no Brasil e no Mundo.

Um sistema complexo de ações governamentais, que envolve o trabalho de mais de 10 milhões de agentes públicos num país de dimensões continentais como o Brasil, requer abordagens multidisciplinares metodológicas de avaliação igualmente complexas. Este foi o ponto inicial da Mesa Redonda *Avaliação de Políticas Públicas - quando e como realizar*, que também trouxe, como parâmetro para o debate, a experiência da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Na colocação de Paulo Jannuzzi, secretário da SAGI/MDS, operacionalmente, as políticas públicas estão estruturadas em normas que buscam regulamentar direitos e deveres (como a política de quotas), incentivos fiscais (desonerações de impostos de alimentos básicos) e ofertas de produtos e serviços por meio de programas públicos. No Brasil, as políticas sociais representam 25% do PIB. São



mais de 300 programas federais, além dos estaduais e municipais. "As políticas e programas operam em

contextos sociais e econômicos muito diversos, múltiplos públicos alvo em ambientes diferenciados na capacidade de gestão. Algumas das atividades do ciclo de gestão pública requerem estatísticas abrangentes, registros administrativos - detalhados e confiáveis e estudos avaliativos mais especializados. Para isso é necessário dimensionar o público alvo, conhecer suas características, desenhar programas e serviços para mitigar ou equacionar problemas sociais específicos, monitorar a implementação e avaliar os resultados. Em dez anos de existência, a SAGI ampliou sua atuação organizando cursos de média e longa duração, presenciais e a distância, em várias áreas temáticas, hoje disponíveis também no site do Ministério do Desenvolvimento Social. Isto representa um avanço no aperfeiçoamento da gestão pública”, destacou Januzzi.

Magnus Lindelow, coordenador de Programas da Área Social e Redução da Pobreza do Banco Mundial no Brasil, falou das avaliações das políticas públicas e sobre os métodos de avaliações usados nos programas e intervenções financiados pelo Banco Mundial, como creches públicas, incentivos para professores (Bolsa Família, alfabetização, simplificação de registro de empresas, inclusão rural, etc.): “Há experiências de avaliação de impacto social de programas em outros países como Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, onde os resultados têm contribuído para mudar o debate nas áreas de transferência de renda continuada, intervenções na saúde, microcrédito, primeira infância, desenvolvimento rural, segurança e gestão pública”.

Participaram da mesa *Gestão da informação no setor público*, Mia Harbitz representando o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Wasmália Bivar, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), e Maurício Ribeiro, presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos/RJ (CEPERJ).



A americana Mia Harbitz enfatizou a importância da universalização de registros de nascimento e identidade pessoal para que todas as pessoas sejam consideradas cidadãs, incluídas socialmente, e tenham seus direitos garantidos, e também apresentou dados sobre projetos ligados à melhoria da qualidade dos sistemas de estatísticas nacionais como o registro de nascimento universal e a identificação civil. “O registro não é apenas mais uma forma de controle populacional, é o bem mais precioso de uma pessoa. A gestão da identidade é uma área que não diz respeito apenas ao setor público, mas também ao setor privado no Brasil e no mundo todo, razão pela qual o tema tem sido debatido globalmente em função de novos objetivos de desenvolvimento e novas decisões políticas de países participantes das Nações Unidas. Para a gestão da identidade é importante ter as informações demográficas que advêm de estatísticas. Aqueles que não têm identidade enfrentam barreiras no acesso a benefícios sociais e privados - certificados escolares, serviços de saúde,



transferência de renda, pensões, serviços bancários, direito de voto, entre outros. Por outro lado, se os governos não têm informações precisas sobre seus cidadãos, enfrentarão maiores dificuldades no planejamento de políticas públicas”.

A presidente do IBGE, Wasmália Bivar, retratou a importância do bom relacionamento entre o Instituto e outros órgãos do governo federal para o cruzamento de informações que resultem em pesquisas mais completas que possam dar origem a programas sociais mais efetivos: “A ideia é integrar as informações para a instauração de políticas públicas que atendam a diferentes demandas. A Contagem da População e o Censo Agropecuário, por exemplo, são informações básicas de interesse dos estados e municípios para que seus gestores façam seu planejamento e organizem suas licitações. No caso do Censo Agropecuário, ele contém temas com uma transversalidade que tem relação com o impacto no meio ambiente, na balança comercial e nos contratos”. Em relação às pesquisas domiciliares, Wasmália argumenta que há um momento de transição e a opção é continuar as pesquisas tradicionais e inseri-las num sistema integrado de dois núcleos. No próximo ano haverá outra etapa do sistema com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que é realizada a cada cinco anos. Uma parte dessa pesquisa também será iniciada com um desenho simplificado que vai ser aplicado anualmente com o objetivo de retratar a categoria e o volume de consumo das famílias. A POF vai trabalhar com as categorias de consumo, mesmo assim, ela vai ter muitas implicações na área social.

O IBGE está desenvolvendo projetos na área de Geociência e Estatística, voltados para a configuração territorial. Este sistema, desenvolvido só no Brasil e no México, tem um reflexo enorme na questão ambiental. Ao se aliar à tecnologia, permite identificar e monitorar as áreas de riscos e desastres, enriquecendo a visão nacional de território. É possível fazer simulações nas áreas de risco usando os dados estatísticos para saber qual a população a ser afetada, quais as características sociodemográficas e a partir para um plano de retirada das pessoas destas áreas e alojá-las em outros locais. É possível saber, por exemplo, o

número de crianças e de escolas. A informação estatística cruzada com a questão territorial, a informação geográfica, é uma ferramenta poderosa no planejamento. O IBGE está desenvolvendo um projeto com o Ministério do Planejamento em que assume a infraestrutura nacional de dados espaciais. A ideia é que todos os produtores de informações georreferenciadas utilizem os mesmos padrões e procedimentos de modo que todos os dados possam ser comparáveis com os dados do Censo de população, o número de escolas, postos de saúde e os centros de acolhimento na área de serviços sociais. A intenção é combinar estatística com informação geográfica, hoje facilitada pela tecnologia e cada vez mais demandada pelos gestores.



Com a moderação de Antônio Adalmir Marquetti, da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, e os debatedores Carlos Mussi, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), e Vicente Trevas, da Frente Nacional do Prefeitos/SP, a terceira mesa Redonda tratou da “*Interação entre Estados e Municípios para a Realização de Pesquisas Socioeconômicas*”.

Carlos Mussi colocou o ponto de vista da CEPAL sobre o tema: “A CEPAL tem uma visão mais integrada. Hoje, há uma preocupação de se trabalhar com indicadores que mostrem a qualidade de vida dos moradores de uma cidade. É preciso observar se o desenvolvimento ocorreu fora ou dentro do domicílio, e considerar a geração e o uso das informações com vistas a transformá-las em políticas públicas, com avaliação e monitoramento”.

A CEPAL, criada em 1948, tem entre seus membros Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha,

Reino Unido, Itália e Estados Unidos da América, além da América Latina e Caribe, e tem incentivado a cooperação econômica entre eles, avaliando o ritmo de crescimento dos países, traçando programas de desenvolvimento por cada década, e realizando cursos de capacitação técnica.



Vicente Trevas, da Frente Nacional de Prefeitos de São Paulo, disse que a mobilidade urbana constitui um desafio à qualidade urbana de qualquer país: "Precisamos ter mecanismos para superar arquiteturas complexas. As dificuldades são muitas. Não há uma agenda sincronizada entre Estados, Municípios e União, principalmente pela descontinuidade de programas e políticas públicas".

Contrapondo, Mussi disse que quando a informação não é usada por um governo, deve-se procurar perspectivas junto à sociedade civil: "Temos que ter médio e longo prazos nas políticas públicas. Apesar de a CEPAL não trabalhar com a interação entre estados e municípios, reconhecemos a importância dessa interação".



Ao encerrar o debate, o presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, citou problemas enfrentados por municípios da Área Metropolitana de Brasília, como Águas Lindas de Goiás, que tem 180 mil habitantes, e Valparaíso de Goiás, que ultrapassa a casa dos 170 mil. Estas cidades apresentam problemas crônicos e não têm recursos: "A renda per capita desses municípios é cinco vezes inferior à renda do Distrito Federal. As prefeituras têm que se apropriar dos dados de pesquisas para promover o desenvolvimento".

Indicadores sociais: experiências e resultados. A última mesa redonda, presidida por Marilena Chaves, promoveu um debate sobre as experiências e os resultados atingidos por pesquisas e estudos sociais e teve a participação da representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Maristela Baioni, e do Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marco Aurélio Costa.



Marilena, que é presidente da Fundação João Pinheiro (FJP/MG), exaltou a importância de se debater um assunto de tamanha importância no ramo do planejamento: os indicadores sociais.

Maristela Baioni apresentou a Plataforma Objetivos do Milênio, um programa para o desenvolvimento humano que tem como objetivo melhorar os indicadores sociais em áreas como a saúde, educação, renda, saneamento e habitação. Essas metas foram estabelecidas a partir de um planejamento da Organização das Nações Unidas (ONU), que elaborou prioridades específicas para o aumento da qualidade de vida neste milênio. Baioni expôs alguns resultados e destacou as conquistas mais notórias no Brasil: a redução da pobreza extrema; a universalização do acesso ao Ensino Fundamental; a participação feminina crescente no mercado de trabalho; a redução das taxas de mortalidade infantil e materna; e a expansão do acesso à água potável e saneamento básico. Os dados e indicadores sociais da Plataforma dos Objetivos do Milênio estão no site portalodm.com.br, com outro projeto em estudo:

“Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, que adiciona metas fundamentais aos Objetivos do Milênio, como preservação do meio ambiente, segurança pública e combate à corrupção.

Marco Aurélio Costa apresentou o projeto “Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios do Brasil”, uma plataforma dinâmica que expõe os indicadores sociais por município, identifica a vulnerabilidade social de cada um, e tem sido um importante subsídio para as políticas públicas. “Projetos como os apresentados aqui merecem maior divulgação para que cumpram com efetividade o seu papel de informar gestores e cidadãos em geral. A informação tem o poder de explicar e transformar realidades”, afirmou.

Workshops: uma nova perspectiva sobre o território e a população Brasileira.

Leila Ervatti, pesquisadora em Informações Geográficas e Estatística da Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica do IBGE, coordenou o workshop sobre *Estimativas e Projeções Populacionais* com a participação de Alcides Carneiro (Prefeitura e Instituto Pereira Passo do Rio de Janeiro); do presidente da Anipes, Maurílio Soares de Lima (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM); e Bernadette Waldvogel (Gerência de Indicadores e Estudos Populacionais da Fundação SEADE/SP).



O ponto focal desse workshop foi o Acordo de Cooperação Técnica entre o IBGE e instituições estaduais de pesquisas que vai apontar uma metodologia comum de parâmetros a serem empregados na construção e consolidação do Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais - SIPEP e aprimorar a metodologia das estimativas das populações municipais. A minuta do documento foi apresentada por Leila Ervatti: “O Acordo de Cooperação é um passo enorme, pois desde o ano 2000 estamos trabalhando nele. É importante que as instituições se sensibilizem e assinem o Termo ainda este ano para que haja avanço no Plano de Trabalho até 2018”.

Esse Acordo prevê a formação do Comitê Técnico do SISPEP, que terá a coordenação do IBGE, a participação da Comissão de Demografia da Anipes e de até sete Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística

Estaduais (IPÉs), entre elas: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP); Instituto de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE/RS); Fundação João Pinheiro (FJP/MG); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA); Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan); Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico do Estado de Alagoas (SEPLANDE/AL). Já existe, inclusive, um Plano de Trabalho para 2014/2018, cujo marco inicial foi este workshop e prevê uma série de atividades: capacitação de técnicos; cálculo e avaliação dos



parâmetros demográficos utilizados em cada estado; discussão de possíveis procedimentos a serem adotados na revisão da projeção; apresentação das metodologias de estimativa da população municipal; avaliação da

premissas de escalas para as microrregiões - no mínimo cinco e no máximo 25 municípios, com compatibilização desta escala entre as micros e mesorregiões: "Alguns desafios precisam ser superados porque em algumas partes do Brasil o critério da rede urbana produz microrregiões muito grandes. É preciso haver ajustes de limites, lembrando que as microrregiões de hoje não são as mesmas de anos atrás.



Também no workshop Rovená Negreiros, representando a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), e Andréa Coelho, do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp).

Andréa Coelho destacou a relevância do Encontro: "Esta é uma valiosa oportunidade de discutir critérios e metodologias para o aperfeiçoamento de instrumentos

Contagem Populacional de 2016; reunião do Comitê Técnico do SISPEP (2018) e, finalmente, a divulgação da Projeção Populacional do Brasil e das Unidades da Federação (2018).

para o planejamento de estimativas populacionais e a nova regionalização, importantes temas nacionais".

Maurílio defendeu a assinatura do Acordo e a unificação da metodologia em quase todos os estados do projeto das Contas Nacionais, e Bernadette Waldvogel enfatizou que "o mais importante é a concretização de uma demanda antiga dos institutos de pesquisa dos estados no sentido de realizarmos um trabalho com o IBGE que permita pactuar as informações até então de resultados divergentes. A ideia é definirmos juntos as hipóteses de projeções e migrações, pois isso irá nos fortalecer".

Rovená Negreiros apontou a inexistência de regiões homogêneas no Brasil: "Quanto ao Regic - Regiões de Influência das Cidades, é fundamental realocar recursos

Crítérios para uma Nova Regionalização no Brasil. O segundo workshop foi coordenado pelo geógrafo do IBGE, Cláudio Stenner que logo de início apontou



a parceria entre o IBGE e a Anipes como fundamental para a atualização do cenário regional do Brasil em aspectos essenciais: a hierarquização dos centros urbanos e a delimitação das suas regiões de influência; a compreensão e a importância da articulação entre as cidades; e as

para alguns estados para a reformulação de políticas públicas, atendendo critérios e dinâmicas próprias de cada um, como os da Amazônia que sofrem com carências sociais, mas que, por outro lado, apresentam um grande ativo ambiental".

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM foram estabelecidos no ano 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o apoio de 191 nações para o desenvolvimento econômico e progresso social:

1. Até 2015, reduzir pela metade a proporção da população vivendo com menos de US\$1/dia.
2. Até 2015, reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome.
3. Garantir até 2015 que todas as crianças terminem um ciclo completo de ensino básico.
4. Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível, até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015.
5. Reduzir em dois terços, entre 1991 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.
6. Reduzir em 75%, entre 1991 e 2015, a taxa de mortalidade materna.
7. Até 2015, deter e começar a inverter a propagação da AIDS.
8. Até 2015, deter e começar a inverter a propagação de doenças importantes.
9. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e segura.

Temas fundamentais ao debate do cenário socioeconômico nacional pautaram as Sessões Temáticas que tiveram uma intensa agenda de atividades.

Desenvolvimento Econômico e Social e Participação Democrática. Coordenação: Rodrigo Martins (Fundação João Pinheiro/MG) e Cláudia Cybelle Freire dos Santos (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). Trabalhos apresentados: "O Novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Novo Idese): Aspectos Metodológicos", de Thomas Kang (Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul/FEE-RS); "Índice de Vulnerabilidade Juvenil dos Municípios Goianos IVJ 2010", de Thallyta Carlyne Martins da Silva (Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Goiás/IMB-GO); "Perfil dos Delegados na X Conferência da Assistência Social do Distrito Federal", de Keli Andrade (Codeplan).

Trabalhos expostos em painéis: "O setor público estadual de Goiás: capacidade e orientação de política de governo", de Eduardo Santos Araújo (Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Goiás), e "A experiência da atividade de planejamento - o caso do Estado do Rio de Janeiro", de Maria Alice Machado de Carvalho (Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro).

Desigualdade e Território. O sociólogo Gustavo de Oliveira Souza, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP), apresentou o "Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS como instrumento de tomada de decisão em políticas públicas", ferramenta de

identificação de cenários socioeconômicos e de superação de situações de desigualdade social em escala intramunicipal, cuja metodologia pode ser reproduzida por outras unidades da Federação. Ele apresentou o IPVS, em suas aplicações em políticas públicas setoriais no Estado de São Paulo, e mostrou que a metodologia de construção deste índice pode ser reproduzida para qualquer unidade territorial que possua malha de setores censitários associada aos dados da pesquisa do universo do censo. Trata-se de um indicador sintético multivariado com base no censo demográfico e nos setores censitários que medem a condição de pobreza em territórios intraurbanos.

Sergio Urzedo Junior, mestrando da Universidade Federal Fluminense, trouxe um diagnóstico da realidade social do Estado do Rio de Janeiro: "Segregações Espaciais e Vulnerabilidade Social na Região Metropolitana-RJ", a partir de um Indicador de Vulnerabilidade Social, o IVS, com base no Censo Demográfico de 2010, desenvolvido pelo Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas



do Rio de Janeiro (CEPERJ): “Para se chegar aos indicadores, foram estudadas as características de renda das pessoas, avaliadas as variáveis coleta de lixo, condição de ocupação no domicílio, fornecimento de água e energia, tipo de esgotamento sanitário, nível de alfabetização, rendimento médio, raça, etc.”.



Representando o Instituto Pereira Passos, da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Fernando Cavallieri, cientista social, expos o “Índice de Desenvolvimento Social (IDS) - setor censitário 2000-2010”, que aponta as variáveis socioeconômicas daquela Capital: “Houve uma sensível melhoria dos índices sociais porque hoje trabalhamos com uma base técnica que não tínhamos antes. Tudo era feito empiricamente. Com os indicadores na mão, cabe ao governo tomar a decisão sobre as políticas públicas”.

O Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará (Idesp), representado por Geovana Raiol Pires, diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural, apresentou o tema “Vulnerabilidade e exclusão social nos municípios do Estado do Pará”. Geovana disse que “Esta pesquisa é fruto de uma demanda governamental de 2012. O governo precisava ter uma visão rápida dos principais problemas socioeconômicos municipais e ter em mão um ranking municipal. Desse processo, resultou a pesquisa de taxas de pobreza da população por Região de Integração e por Municípios do Estado do Pará (2000 e 2010), a partir da correlação entre as taxas de pobreza e extrema pobreza e indicadores sociais, econômicos e ambientais. Os resultados mostraram que há disparidades na renda e na educação onde o índice ainda é muito baixo, apesar da queda no analfabetismo”.

Hélio Puig Gonzalez, mestre em Planejamento Urbano e Regional, apresentou os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: O que se pode esperar dos indicadores na Região Metropolitana de Porto Alegre até 2015?”. O programa ODM/RS serviu de base e de diagnóstico regional para a atual gestão do governo

estadual. “Dos 18 indicadores, analisados no período entre 1991 e 2010, constatou-se que mais de 50% dos municípios gaúchos não cumprirão as metas por falta de investimentos. Precisamos de um esforço conjunto para a criação de uma rede de propostas e soluções também no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem alcançados até 2030”, apontou Gonzalez.

No espaço reservado à *Saúde, Habitação e Qualidade de Vida*, o estudo “Mobilidade para o trabalho na RMR - Deslocamento Pendular e Perfil Socioeconômico dos Ocupados - 2011/2013”, realizado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas (CONDEPE/FIDEM) da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco teve à frente a gestora de pesquisa Maria Luiza Santos: “Estimamos que 143 mil pessoas se deslocam de Jaboatão dos Guararapes para trabalhar em Recife e que a Capital de Pernambuco recebe 256 mil dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Recife (RMR)”.

Para o diretor presidente da CONDEPE/FIDEM, Maurílio Soares Lima, “nos últimos sete anos, a RMR vem passando por modificações importantes nas suas estruturas econômico-produtivas, que implicaram um processo de expansão quantitativa de mercado metropolitano, bem como sua transformação qualitativa com a inclusão de mais de 400 mil novos trabalhadores. Esse processo gerou, conseqüentemente, novos movimentos residência-trabalho, redimensionando o fenômeno na RMR”. O estudo foi baseado nos micro dados da amostra mensal da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana nos anos de 2011, 2012 e 2013, com o objetivo de quantificar o volume de trabalhadores, mostrar o quanto a mobilidade urbana afeta a qualidade de vida e auxiliar os gestores na definição de políticas públicas, pois



contempla ainda estimativas dos indicadores de renda, gênero, cor, idade, grau de instrução, tamanho das famílias, ramo de atividades, setor de atividades e posição na ocupação.

A sessão *Aglomerções Produtivas, Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Regional* teve como coordenadores José Cândido (Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - AL) e Carlos Alberto Reis (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). Trabalhos apresentados: “Avaliação de impactos econômicos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste em Goiás”, de Guilherme Resende Oliveira (Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - GO); “O espaço metropolitano do Distrito Federal: Uma nova Ride”, de Francisca de Santana Paz (Companhia de Planejamento do Distrito Federal); “Implicações do Projeto de Capacitação em Associativismo, Cooperação e Formação de Redes de Comunicação, visando ao fortalecimento das Associações de apicultores e consequentemente da cadeia produtiva do mel na Mesorregião da Chapada do Araripe”, de Gliedson Alves (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco).

Trabalho exposto em painéis: “Aspectos da Economia Solidária em Goiás”, de Rafael dos Reis Costa (Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Goiás).

Migração e Dinâmica populacional. Esta sessão teve a coordenação de Herton Ellery Araújo (Ipea) e Keli Andrade (Codeplan).

Trabalhos apresentados: “Estimativas indiretas da migração para o Estado de São Paulo a partir das informações do Registro Civil”, de Valmir Aranha (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SP); “Perfil dos Migrantes do RS e suas Mesorregiões no Período 2005-2010: Hipóteses para as motivações do deslocamento” de Pedro Tonon Zuanazzi (Fundação de Economia e Estatística - RS) e “Perfil dos Migrantes de Data Fixa no Distrito Federal - 2000 - 2010”, de Lucilene Dias Cordeiro (Codeplan).

Trabalhos expostos em painéis: “Bônus Demográfico em Goiás: características e discrepâncias”, de Rui Rocha Gomes (Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Goiás); “Mudanças estruturais no território paraense e a dinâmica populacional na Região de Integração (RI) Xingu - PA”, de Sérgio Castro Gomes (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará), e “Evolução da fecundidade na Área Metropolitana de Brasília entre 2000 e 2010”, de Ana Boccucci (Companhia de Planejamento do Distrito Federal).

Educação, Trabalho e Renda. Essa sessão teve trabalhos técnicos sobre a realidade desses três principais pilares do desenvolvimento socioeconômico. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal -

(Codeplan) apresentou o “Perfil e Percepção Social dos Jovens em Medida Socioeducativa”, revelando o cenário de socioeducandos em relação à educação, trabalho, família, futuro e às próprias medidas socio-educativas pelas quais passam. Tais informações contribuem para identificar a experiência desses jovens e aperfeiçoar o processo de reabilitação social.

“Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro”, tema do Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro



(CEPERJ), apontou a demanda por complementação do ensino básico, comparando-a à oferta de vagas do EJA (Educação de Jovens e Adultos). O trabalho contribuiu para a expansão do sistema na cidade do Rio de Janeiro.

O Instituto Mauro Borges, de Goiás (IMB/GO), trouxe o “Impacto do Programa Bolsa Universitária no Estado de Goiás”, implementado em 1999. Este estudo serviu de subsídio às políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior.

A sessão *Informação e Novas Tecnologias* promoveu amplo debate sobre a criação, desenvolvimento e implementação de ferramentas de geoinformação para disseminar dados públicos e servir de subsídio ao planejamento governamental. Foram exibidos três trabalhos técnicos: o “DataVisus.SP” da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP), que é uma plataforma informatizada de visualização e compartilhamento de dados que ajudam a traçar um panorama territorial do Estado de São Paulo; o “Geo Serviço”, ferramenta de acesso público irrestrito onde mosaicos de ortofotos (imagens aéreas corrigidas geograficamente) mostram o Distrito Federal em dois momentos - 2009 e 2013, da Companhia de Planejamento do Distrito Federal; e o “Atlas do IDHm”, que mede o índice de desenvolvimento humano no Brasil por município, através de indicadores do Censo Demográfico de 2010 e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O Ipea foi tema central das últimas sessões temáticas. Os coordenadores foram Maria Gláucia P. Moreira (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará); Danielle Oliveira Valverde e Cárta Sampaio (Companhia de Planejamento do Distrito Federal); e Marcos Arriel (Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Goiás).

Trabalhos apresentados: "Pesquisa sobre Instituições Participativas na Segurança Pública", de Almir de Oliveira Junior; "Migrações Internas no Brasil nos Décênios 1990 e 2000 em UFs Selecionadas: mudanças e continuidades", de Herton Ellery Araújo; "Rede urbana, mobilidade, infraestrutura e investimento", de Ronaldo Vasconcelos e Ernesto Galindo; "Planejamento e Gestão Governamental na Esfera Estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs", de Roberto Rocha Coelho Pires; "O Que Podem os Governos Estaduais no Brasil? Trajetórias e Padrões de Desenvolvimento em Unidades da Federação (1990-2010)", de Aristides Monteiro Neto;



"Coordenação e Cooperação Federativa em Áreas que Recebem Grandes Investimentos", de Paulo de Tarso Linhares; "Desafios da Cadeia de Restauração Florestal para Implementação da Nova Lei Florestal no Brasil" de Regina Helena Rosa Sambuichi.

Dentro da extensa programação do Encontro, também houve reuniões das Comissões Temáticas.

Cartografia - Novas informações sobre a minuta do Projeto de Lei da Política Nacional de Geoinformação foram apresentadas às instituições presentes. Um assunto em destaque foi a criação de grupos temáticos: Disponibilização de Dados; Divisão Política e Administrativa; Padronização de Dados; Capacitação e Captação de Recursos. Cárta Sampaio, geógrafa da Codeplan, avaliou

que a Comissão de Cartografia pode ser um importante fórum de diálogo com o Ministério do Planejamento.

Contas Regionais - O coordenador das Contas Nacionais e diretor de Pesquisas do IBGE, Roberto Olinto, colocou para avaliação geral os trabalhos que o IBGE e os organismos estaduais de estatística têm feito nos últimos 20 anos sobre as Contas Regionais dos estados e municípios, referentes ao cálculo do Produto Interno Bruto regional e outras variáveis macroeconômicas: "A ideia é estabelecer um planejamento para os próximos anos. O IBGE já desenvolveu a base 2000 e agora está trabalhando na base 2010, com pequenas revisões anuais para aperfeiçoar o sistema de contas".

Demografia - Bernadette Waldvogel, coordenadora da Comissão de Demografia da Anipes, fez um balanço dos trabalhos e explicou o Acordo de Cooperação que deve ser assinado pelas Instituições de Pesquisas e Estatísticas, de forma que os Estados possam aderi-lo e trabalhar num maior comprometimento com o IBGE, a fim de utilizar sua metodologia e seus componentes demográficos.

Indicadores de Desenvolvimento Municipal - Esta Comissão foi presidida por Gustavo de Oliveira Coelho de Souza (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE/SP), que fez um relato das ações desenvolvidas até o momento: "A Comissão está empenhada em criar uma metodologia padrão para as pesquisas de desenvolvimento municipal, adequando-as aos critérios da Anipes, tendo o Ipea como fonte de conhecimento técnico".

Além de todos os eventos mencionados, houve tempo também para a Assembleia Geral da Anipes, que deliberou sobre questões internas, especialmente as alterações no seu estatuto. Sem dúvida, a décima nona edição do Encontro da Associação Nacional dos Institutos de Planejamento, Pesquisa e Estatística teve a mais intensa e diversificada programação de todos os tempos.

(*) *Deborah Andrade* - Jornalista e chefe da Assessoria de Comunicação da Codeplan

Trabalharam também nesta reportagem as jornalistas Nilva Rios, Valda Queiroz, Eliane Menezes e os estagiários Brenda Sousa, Júlio Poloni, Lígia Lira e Thayanne Tavares.
Fotos: Mauro Moncaio

O projeto Contas Regionais do Brasil, parceria entre o IBGE e os governos estaduais

(*) Roberto Luís Olinto Ramos
Frederico Sérgio G. Cunha
Alessandra Soares da Poça

O projeto de Contas Regionais - CR é uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), formalmente estabelecida através de convênios. Iniciado em 1996, envolveu a estruturação de um esquema contínuo de contabilidade regional para geração de informações econômicas, segundo normas e recomendações internacionais, em consonância com práticas seguidas no Sistema de Contas Nacionais do IBGE - SCN e compatíveis entre todas as Unidades da Federação.

O projeto tinha como objetivo desenvolver metodologia para estimação das Contas Regionais compatível com os conceitos adotados pelo SCN e que atendesse ao requisito básico de comparação inter-regional. Posteriormente, o projeto incluiu nova etapa de trabalho para obtenção do Produto Interno Bruto dos Municípios, a partir da repartição das Contas Regionais por município.

O Projeto de Contas Regionais pode ser dividido em quatro fases distintas desde sua implantação até hoje, outubro de 2014:

1ª Fase: Construção de uma metodologia acordada entre o IBGE e os parceiros;

2ª Fase: Estimativa e divulgação da primeira série com base nos Censos Econômicos de 1985;

3ª Fase: Primeira atualização da base de referência: do ano 1985 para 2002;

4ª Fase: Segunda atualização da base de referência: do ano 2002 para 2010.

Primeira Fase: Construção de uma metodologia acordada entre o IBGE e os parceiros.

A estimativa anual do Produto Interno Bruto das Unidades da Federação e Distrito Federal sempre foi uma necessidade da maioria dos pesquisadores e governos estaduais, na intenção do planejamento e desenvolvimento regional. Neste sentido, já havia esforços entre alguns órgãos estaduais de estatística e o IBGE para desenvolvimento de uma metodologia que propiciasse a comparabilidade espacial e temporal entre os entes federativos.



A implantação desta primeira fase deu-se efetivamente durante a IV Conferência Nacional de Estatística - CONFEST, promovida pelo IBGE em maio de 1996, no Rio de Janeiro, onde o IBGE se propôs a coordenar o processo de implantação, atendendo à solicitação dos estados, principalmente daqueles que já individualmente produziam alguns resultados.

A partir da CONFEST, foram realizadas várias reuniões para definição de metodologia, escolha do ano de referência e responsabilidades de cada parte. Ao IBGE caberia o treinamento e suporte às equipes regionais visando assimilação e implantação da proposta metodológica. Também era responsabilidade do IBGE estimar as contas regionais quando o estado não fosse capaz de participar do projeto, seja qual fosse o motivo. Aos estados caberiam, principalmente, os custos na manutenção das equipes e a garantia do uso da metodologia discutida no âmbito do projeto.

A proposta era estimar o PIB das 26 Unidades da Federação e do Distrito Federal através do projeto de parceria e posteriormente compará-lo aos resultados das Contas Nacionais do Brasil estimado pelo IBGE. A viabilização da proposta foi ratificada durante as reuniões técnicas nos diversos encontros nacionais.

Segunda Fase: A estimativa e divulgação da série 1985 - 2004 com base nos Censos Econômicos de 1985.

Após definição da metodologia para estimativa do PIB das Unidades da Federação e Distrito Federal, passou-se à fase do trabalho propriamente dito. Definiu-se 1985 como ano base da série, já que era o último ano com pesquisas censitárias para todos os estados brasileiros. O IBGE trabalhou as bases de dados e disponibilizou as informações por Unidade da Federação dos Censos agropecuário, industrial, comercial, de serviços, de transportes, da construção, das empresas, das microempresas e Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD. Ademais, definiu-se que só era possível neste momento a estimativa do PIB pela ótica da produção, ajustando o resultado ao PIB do Brasil, estimado pelas Contas Nacionais Brasileiras do IBGE, apenas no total do Valor Adicionado, abrindo mão de ajustar também por atividade econômica e em valores constantes.

A primeira divulgação ocorreu em dezembro de 1999 para a série 1985-1997, e foi assinada por dezoito estados mais o Distrito Federal e a SUFRAMA. Os estados que assinaram a primeira série foram: Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além

do Distrito Federal. Os outros sete estados foram estimados pelo IBGE, apesar de alguns deles terem participado da construção da metodologia – primeira fase – mas não conseguiram cumprir todas as etapas estipuladas no âmbito do projeto. Ao longo dos anos seguintes os estados que não participaram da primeira divulgação foram constituindo equipes e formalizando sua entrada no projeto, e com a entrada da equipe de Tocantins, em 2007, todas as 26 Unidades da Federação mais o Distrito Federal passaram a assinar as publicações.

Nesta etapa que teve como fonte os Censos Econômicos do IBGE de 1985, a série divulgada foi 1985-2004, que transpassou um período de intensa inflação, sendo necessárias várias adaptações metodológicas para extrapolação dos censos de 1985 até 2004. Os resultados já mostravam algumas diferenças em relação às pesquisas que já estavam sendo produzidas pelo IBGE, principalmente para as atividades Industriais e de Serviços.

Terceira Fase: Primeira atualização da base de referência: do ano de 1985 para 2002.

A crescente demanda por estatísticas econômicas comparáveis entre si, consistentes e atualizadas, e a constatação de que os altos custos dos recenseamentos inviabilizavam a continuidade do modelo estatístico até então adotado, levaram o IBGE a introduzir o Programa de Modernização das Estatísticas Econômicas. Esta opção significou a definição de um modelo de produção de informações estatísticas mais diversificadas, compatíveis com o SCN, comparáveis ao longo do tempo, publicadas em tempo útil para empresas, governos, sindicatos, analistas e organismos oficiais e, principalmente, concebidas de acordo com a sua disponibilidade de recursos materiais, humanos e financeiros.

Para alcançar estes novos objetivos, o IBGE priorizou a realização de pesquisas anuais por amostragem, assim como recorreu ao uso de registros administrativos, tanto para manter seus cadastros de empresas atualizados, quanto para obter informações socioeconômicas e contábeis. A fim de viabilizar o novo sistema estatístico, o IBGE implantou uma Pesquisa Cadastral, Cadastro Central de Empresas - CEMPRE que abrange todas as empresas juridicamente constituídas.

Em virtude do distanciamento do ano de referência e inflação anual muito intensa na série com base nos censos de 1985, a atualização do Sistema de Contas Nacionais do IBGE se fazia necessária, incluindo as Contas Regionais. A opção do novo ano de referência foi o ano de 2000 para as Contas Nacionais e 2002 para as Contas Regionais. A diferença na escolha entre os dois anos se justificava em função da utilização das Pesquisas Econômicas Anuais do IBGE como marco estrutural do

sistema, e que permitia a utilização de dois anos de referência para o sistema nacional e regional sem comprometimento da comparabilidade entre os dois.

No caso do regional, a escolha recaiu no ano de 2002 por vários motivos, dentre os principais, o fato da Pesquisa Anual da Construção - PAIC, a partir de 2002, passar a ter os mesmos moldes das demais pesquisas econômicas anuais, até então a PAIC era um painel das grandes empresas. Outro fator foi a Pesquisa Anual dos Serviços - PAS, publicada pela primeira vez em 1998, que em 2002 avaliou-se que estava madura o suficiente para ser utilizada regionalmente. Também pesou o fato de em 2002 ter PNAD disponível, já que em 2000 a pesquisa não foi a campo em virtude do Censo Demográfico 2000. Para agropecuária foi utilizado Censo Agropecuário de 1995-96, único censo econômico que continuou sendo produzido pelo IBGE.

Nesta mudança de base de 1985 para 2002 também se optou em divulgar o PIB apenas pela ótica da produção, mas ajustando os resultados regionais às Contas Nacionais Brasileiras em valores constantes e correntes, por atividade econômica, para uma classificação comum aos dois sistemas. Este procedimento foi facilitado pelo fato das contas regionais e contas nacionais estarem exatamente na mesma classificação, CNAE 1.0.

Ainda nesta mudança de base, o projeto já contava com equipes nas 27 Unidades da Federação, portanto, o trabalho foi assinado por todos os estados brasileiros. A primeira série divulgada nesta etapa foi 2002 a 2005, retroalimentada até 1995. Sendo que, 2002, 2003 e 2004 já haviam sido divulgados na série 1985 - 2004, onde a comparação acentuou as grandes diferenças estruturais entre os resultados nas duas estimativas para os mesmos anos, o que deixava claro a importância da atualização de base estatística efetuada pelo IBGE.

Para os anos de 2010, 2011 e 2012 na base 2000 a divulgação da conta nacional definitiva foi suspensa em virtude de uma nova mudança de base no Sistema de Contas Nacionais brasileiras pelo IBGE de 2000 para 2010, com o intuito de preservar o foco da equipe do Instituto nos trabalhos da nova base. A última divulgação da conta nacional definitiva na base 2000 foi o ano de 2009, o PIB nacional disponível neste período são os resultados das Contas Trimestrais brasileiras, resultados conjunturais, mas que servem como marco para todas as referências em relação ao PIB no Brasil nestes anos, até a divulgação da nova base.

O Sistema de Contas Regionais, por sua vez, prosseguiu com as estimativas divulgando os anos 2010 e 2011, em virtude da vinculação do resultado do PIB das Unidades da Federação ser um dos fatores utilizados para o coeficiente de cálculo das cotas do Fundo de

Participação dos Municípios - Capital, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mesmo sem o marco das contas nacionais definitivas. Para substituição do ajuste às contas nacionais definitivas, as Contas Regionais ajustaram seus resultados ao do PIB trimestral brasileiro para estes anos. Esta série com base em 2002 será encerrada com a estimativa do ano de 2012, prevista para divulgação em novembro de 2014.

Quarta Fase: Segunda mudança da base de referência: de 2002 para 2010.

Nesta quarta fase, o projeto Contas Regionais encontra-se mais maduro em virtude da experiência adquirida nas fases anteriores pelas equipes regionais e o IBGE. A mudança foi facilitada pela manutenção do mesmo marco estrutural, as Pesquisas Econômicas do IBGE.

Para a nova base 2010, além da manutenção das pesquisas econômicas do IBGE, a inclusão do Censo Agropecuário de 2006 em substituição ao Censo Agropecuário de 1995-96 utilizado na base 2002 é de suma importância para atualização das estruturas agropecuárias do país. Outro fator importante será a utilização de forma efetiva do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Física nas novas estimativas. A utilização de informações dos registros administrativos da Receita Federal, tanto complementarará o âmbito do sistema, como também, de forma inédita, serão utilizados para estimativas ascendentes de algumas atividades econômicas nas Contas Regionais, destacando-se Saúde e Educação Mercantil, além da atividade de Cartórios.

Além da introdução de novas bases de dados, nesta fase, a classificação de atividades econômicas incorporará a versão 2.0 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, que apresenta correspondência com a versão 4 da *Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas* - CIUU/ISIC, adotada pelas Nações Unidas. A versão 2.0 da CNAE ampliou as categorias das atividades de serviços, criou categorias específicas para as atividades de meio ambiente e, além disso, passou a considerar a atividade de edição, integrada ou não à impressão, como uma atividade de serviço e não mais como atividade industrial.

Outro aspecto importante nesta revisão de base diz respeito à incorporação de algumas das recomendações da nova versão do manual internacional de Contas Nacionais das Nações Unidas, *System of National Accounts* 2008, em substituição à versão de 1993. Dentre as alterações introduzidas pelo manual de 2008, podemos destacar a ampliação da fronteira da formação bruta de capital fixo - FBCF, que passou a considerar como atividade econômica todo o gasto com Pesquisa e

Desenvolvimento - P&D, alocado na FBCF e não mais considerado como consumo intermediário - CI.

Em função desta reclassificação, no caso do resultado para o Brasil advindo das estimativas das Contas Nacionais, será possível estimar a participação da atividade P&D no total do Valor Adicionado - VA, separando-a em P&D público e privado. No caso das Contas Regionais, a princípio só será estimado o P&D privado, já o P&D público possivelmente será divulgado juntamente com a atividade de Administração, Educação, Saúde e P&D Públicos, Defesa e Seguridade Social - APU, em função da dificuldade da desagregação do P&D Público do total da atividade - APU.

Nesta quarta fase, também pela primeira vez, o Produto Interno Bruto das Unidades da Federação será divulgado pela ótica da renda, juntamente com a ótica da produção, mais um passo do projeto em direção à construção de um sistema regional completo. Com a estimativa do PIB pela ótica da renda serão possíveis análises sobre desdobramento do PIB em remuneração dos fatores de produção regionais (capital, trabalho e impostos).

O ajuste ao Sistema de Contas Nacionais - SCN continuará sendo feito em valores constantes e correntes, por atividade econômica. No caso do PIB pela ótica da renda só em valores correntes.

Esta fase está prevista para ser concluída, em novembro de 2015, com a divulgação da série 2010 - 2013 do PIB das Unidades da Federação pelas óticas da produção e da renda. Deverá ainda ser divulgada a série retroalimentada 2000 - 2009, apenas para o PIB pela ótica da produção, uma vez que o PIB pela ótica da renda terá sua primeira série divulgada.

Em resumo, o Projeto de Parceria entre o IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para estimação das Contas Regionais do Brasil, já perpassou vários obstáculos e continua avançando em direção à construção de um Sistema de Contas Regionais para o Brasil.

Conclusão

O Projeto tem como ponto forte o seu sistema de governança que permite uma maior integração entre as equipes e as amplas discussões metodológicas, proporcionando uma maior socialização do conhecimento, permitindo que as equipes estaduais se capacitem metodologicamente e fiquem independentes, a ponto de terem condições de produzir investigações complementares no âmbito do sistema até então indisponíveis.

O Sistema se completará futuramente com a produção do PIB pela Ótica da Demanda, que proporcionará a construção da Tabela de Recursos e Usos Regional - TRUR. Atualmente o projeto não possui fôlego e informações suficientes para tal. A solução ideal e possível para esta complementação seria um grande mutirão institucional entre IBGE, Secretarias de Planejamento (SEPLAN), Secretarias de Fazenda Estaduais (SEFAZ) e Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Com este acordo institucional poder-se-ia completar as lacunas do sistema estatístico no que diz respeito a transações de bens e serviços interestaduais.

(*) *Roberto Luís Olinto Ramos* - Diretor de Pesquisas - IBGE
Frederico Sérgio G. Cunha - Gerente de Contas Regionais - IBGE
Alessandra Soares da Poça - Técnica da Gerência de Contas Regionais - IBGE

Fotos: Site IBGE

Projeções demográficas nacionais

A elaboração através de uma integração institucional é uma realidade possível para os estados brasileiros

(*) Bernadette Cunha Waldvogel



A Comissão de Demografia da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes), criada em 27 de março de 2013 no 1º Fórum de Presidentes e Gestores das Instituições Parceiras, reflete antiga aspiração dos órgãos estaduais, no sentido de participar da elaboração das projeções realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no âmbito nacional.

A história das instituições no campo da demografia é bastante distinta em cada Unidade da Federação. A maioria delas não dispõe de equipes qualificadas para elaborar projeções para o total de sua população, ou para diversos níveis de desagregação, como idade, sexo e municípios, cada vez mais demandados por toda a sociedade e pelos órgãos de planejamento estaduais e municipais. Esta condição faz com que as projeções e as estimativas populacionais, desenvolvidas pelo IBGE, sejam a única alternativa disponível para grande parcela dos Estados brasileiros. Entretanto, apesar da ausência de profissionais especializados para a realização desta tarefa, existe grande conhecimento acumulado a respeito das características específicas de cada Estado, o que representa subsídio fundamental na construção de cenários futuros da população. Este é um elemento indispensável na elaboração das hipóteses de comportamento necessárias às referidas projeções populacionais.

A intenção de constituir um sistema para elaborar projeções populacionais, com a participação de equipes das instituições estaduais e do IBGE, já havia sido tentada em diversas ocasiões anteriormente. Porém, tal proposta não conseguiu sair do papel e tornar-se realidade. Assim, a Comissão de Demografia da Anipes vem ocupar o papel de facilitadora e incentivadora de atividades que integrem as instituições públicas de pesquisa e estatística nos temas demográficos, aproximando as equipes estaduais e o IBGE. E, para dar início às atividades da Comissão, foi priorizada a realização conjunta e pactuada das projeções populacionais para todas as Unidades da Federação.

Apresento, a seguir, breve histórico das atividades da Comissão de Demografia, cujo resultado mais

relevante alcançado até o presente momento foi a elaboração de minuta de Acordo de Cooperação Técnica. Este instrumento deverá ser firmado entre o IBGE e cada instituição de planejamento, pesquisa e estatística, que tenha a atribuição, no âmbito de seu Estado, de produzir projeções populacionais e queira aderir a este projeto, visando pactuar os resultados construídos em conjunto, com a busca da adoção de metodologia comum.

Na primeira reunião, ocorrida em maio de 2013, foram discutidas as linhas de trabalho na área da demografia, decidindo-se retomar a proposta de criação do Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais - Sispep, coordenado pelo IBGE, como forma de integrar os Estados na elaboração das projeções nacionais.

Na segunda reunião, em setembro do mesmo ano, foi proposta uma videoconferência entre as sedes regionais do IBGE dos Estados-membros da Comissão de Demografia, em que foram apresentadas as novas projeções para as Unidades da Federação.

No XVIII Encontro Nacional da Anipes, ocorrido em Maceió em novembro de 2013, foi ministrado um curso de projeções populacionais para pequenas áreas para qualificar as equipes técnicas dos Estados brasileiros, e foram apresentadas diferentes metodologias demográficas.

Na terceira reunião, em maio de 2014, elaborou-se a minuta do Acordo de Cooperação Técnica, quando ficou definido mais claramente seu objetivo que é o desenvolvimento das projeções populacionais, nacional e estaduais, em conjunto com o IBGE e pactuado com as instituições estaduais, bem como o aprimoramento metodológico das estimativas das populações municipais.

Decidiu-se que a metodologia a ser adotada para a projeção da população estadual será o “método dos

componentes demográficos”, considerado o melhor para este fim. Tal método já é utilizado há bastante tempo pelo IBGE para projetar a população nacional, sendo que mais recentemente foi adotado para as projeções das Unidades da Federação. Algumas instituições estaduais também já usam este método para o cálculo de suas populações. Acordou-se que a definição dos parâmetros a serem empregados, bem como as hipóteses para elaboração das projeções de população estadual, seriam realizados em conjunto com Estados e IBGE. Estabeleceu-se, ainda, que seriam promovidas discussões sobre as metodologias utilizadas nas estimativas das populações municipais, procurando adotar, quando possível, metodologia comum. Assim, foram consolidados os principais pontos para construir o Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais - Sispep.

No XIX Encontro Nacional da Anipes, realizado em Brasília em agosto de 2014, tal proposta foi tema de *workshop*, e houve boa recepção por parte dos presentes.

Os próximos passos consistem no envio do referido Acordo às instituições de planejamento, pesquisa e estatística das Unidades da Federação e na formalização deste termo. Espera-se que até o final deste ano seja possível dar início às atividades delineadas no Plano de Trabalho conjunto.

Muitos são os desafios a serem enfrentados. A escolha da metodologia mais adequada para projetar as populações municipais é talvez um dos mais importantes. Considerar uma metodologia comum para todas as Unidades da Federação é um ponto extremamente delicado para ser resolvido. Estados brasileiros, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Distrito Federal, para citar apenas alguns, desenvolveram ao longo do tempo importantes procedimentos metodológicos para responder à demanda por projeções cada vez mais desagregadas e possuem histórico antigo neste campo. Nestes Estados, a disponibilidade de informações demográficas mais detalhadas e de melhor qualidade contribuiu para o desenvolvimento de tais procedimentos, que resultaram em estimativas e projeções da população mais analíticas e próximas da realidade. Entretanto, esta não é a situação da maioria dos Estados brasileiros, que possuem disparidade expressiva no quesito de existência de bases de dados completas e atualizadas. Como aprimorar as metodologias existentes para projetar municípios com patamares tão desiguais? Será correto nivelar por baixo a escolha de metodologia comum a ser aplicada a todos os municípios brasileiros, apenas por uma questão de pretensa homogeneidade? Ou o mais correto seria adotar diferentes metodologias ajustadas a contextos distintos e, assim, preservar as especificidades de cada Estado e de seus municípios? A procura do melhor procedimento metodológico, na verdade, deveria garantir a qualidade das projeções municipais, levando-se em conta os diferentes estágios

existentes e adotando-se a metodologia que melhor se adapte a cada situação.

A experiência acumulada nestes dois anos pela Comissão de Demografia deixou evidente a grande diferença de patamares de especialização existente no campo dos estudos populacionais. É nítida a carência de informações demográficas qualificadas para subsidiar o planejamento e aprofundar o entendimento das mudanças que vêm ocorrendo no crescimento e no padrão etário da população.

As questões e necessidades explicitadas pelas instituições estaduais ultrapassam o objetivo definido no Sispep. A percepção é de que as demandas, crescentes e presentes em todos os Estados, referem-se a aberturas mais desagregadas das projeções populacionais, como projeções municipais por idade e sexo, projeções domiciliares, grupos etários específicos como os escolares, entre outras inúmeras demandas.

É preciso formar equipes especializadas capazes de qualificar os dados e as informações demográficas, permitindo analisar os componentes responsáveis pelas alterações que estão sendo observadas na população, de modo a construir cenários demográficos para o futuro. Tal conhecimento é essencial na formulação de políticas públicas aderentes às transformações que se avizinham, pois sem ele o planejamento torna-se deslocado da realidade.

Desta forma, a Comissão de Demografia da Anipes possui objetivo ainda maior, constituindo-se em espaço de troca de experiências e integração entre as instituições estaduais, de modo que as que se encontram em um nível mais aprimorado no campo dos estudos populacionais possam contribuir com aquelas com maior carência neste aspecto. Tal integração é fundamental e decisiva na melhoria das análises e no entendimento de questões relevantes, tais como o envelhecimento populacional, a redução numérica das novas gerações, o novo padrão de composição das famílias, as diferentes estruturas etárias da população por sexo, para citar apenas alguns aspectos desta questão.

O caminho a ser seguido e perseguido está sendo traçado e criado por todos os atores das instituições estaduais parceiras deste projeto. Foi dado o primeiro passo neste sentido com a criação da Comissão de Demografia da Anipes. Muito há para ser construído. Agora, somos todos responsáveis por não deixar esta proposta se desestruturar.

(*) *Bernadette Cunha Waldvogel* - Graduada em Estatística - UNICSAMP; Mestre em Demografia - UFMG; Doutora em Saúde Pública - USP; e Gerente de Indicadores e Estudos Populacionais da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados SEADE.

Cuidados necessários em pesquisas sociais e domiciliares

(*) Pedro H. M. Albuquerque

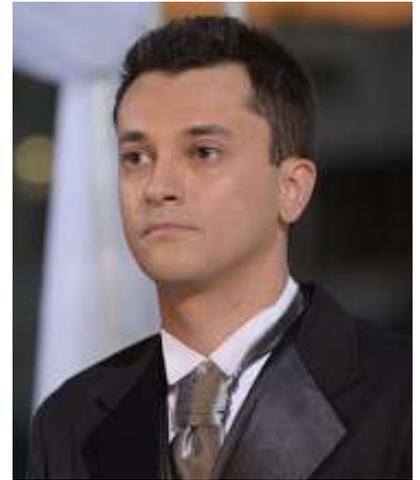
Sempre sou questionado por pesquisadores e gestores interessados na elaboração e execução de pesquisas domiciliares, visando principalmente monitorar e avaliar o impacto de programas e políticas governamentais, sobre qual o tamanho da amostra necessário para a execução desse tipo de pesquisa. Apesar de ser fundamental essa informação, esse questionamento é supervalorizado e outros, tão importantes, quanto são subvalorizados, ou por vezes, completamente ignorados. Esse é o caso, por exemplo, da ocorrência de não respostas durante o período de coleta das informações.

Se não for tratada adequadamente, a não resposta pode induzir a interpretações equivocadas acerca das respostas efetivamente obtidas. Considere, por exemplo, uma população na qual parte dos indivíduos estão ativos no mercado de trabalho e outra parte aposentados ou desempregados. Caso um pesquisador realize sua coleta no horário entre 9h e 10h é muito provável que ele não encontre os indivíduos economicamente ativos. Se uma das questões do questionário for, por exemplo, “Você está trabalhando?”, boa parte das respostas será “Não.”, mesmo que a maioria da população esteja trabalhando.

No exemplo apresentado, o viés surge, pois os trabalhadores atuantes não foram encontrados e suas respostas não foram contabilizadas. Se somente a resposta dos inativos for registrada, e a não resposta tratada corretamente, os resultados podem ser desastrosos para os *stakeholders*. Nesse sentido, a não resposta é inerente a qualquer pesquisa realizada, pois aparece devido principalmente a quatro fatores: recusa; constrangimento; incapacidade e ou localização.

A recusa é a forma mais comum de ocorrência da não resposta. Neste cenário o entrevistado rejeita participar da entrevista, por vezes, devido à falta de tempo, insegurança sobre o uso da informação fornecida ou medo da criminalidade. Algumas estratégias podem ser adotadas para se reduzir o número de não respostas devido a recusa: agendamento da entrevista em um horário conveniente para o entrevistado; apresentação de termo de sigilo e confidencialidade registrando a anonimidade do participante; apresentação de brindes ou

sorteio de prêmios como forma de incentivo à participação; preenchimento mesmo que parcial do questionário das informações fornecidas naturalmente e identificação dos entrevistadores por meio de crachá, jaleco identificado e carta personalizada enviada pelo órgão coordenador da pesquisa.



O convencimento da participação na pesquisa é um trabalho que deve ser construído com o entrevistado por meio de uma relação de confiança mútua, e até a informação parcial é melhor do que a ausência completa de dados. Incentiva-se o entrevistado a responder as questões para as quais ele se sente mais confortável.

Esse desconforto pode manifestar-se especialmente quando trata-se de temas sensíveis, ou seja, questionamentos associados a questões morais ou éticas. Perguntas sobre a legalização das drogas ou aborto, por serem temas sensíveis, podem levar a não resposta devido ao constrangimento do respondente.

Dentre as estratégias aplicadas na redução da não resposta motivada pelo constrangimento estão a construção de relação de confiança entre o entrevistador e entrevistado de modo que o segundo não se sinta julgado ao apresentar sua opinião. Abordagens como o uso de respostas randomizadas (*randomized response*) também são úteis. Respostas randomizadas consistem em um conjunto de técnicas que induzem aleatoriedade no processo de coleta dos dados ocasionando o desconhecimento da resposta exata apresentada pelo entrevistado.

Nem sempre a não resposta é proposital, por vezes o entrevistado não está apto a responder os questionamentos apresentados devido a sua escolaridade, conhecimento do tema abordado ou termos utilizados na

elaboração do questionário. É muito importante que o questionário produzido seja validado e testado antes de sua aplicação. A validação e teste podem ocorrer em uma amostra piloto, registrando a opinião e dificuldade dos respondentes. Quanto aos questionamentos, grupos focais podem auxiliar na compreensão e simplificação das questões, quando necessário.

O último tipo de cenário que ocasiona a não resposta é a dificuldade ou incapacidade de localizar o domicílio amostrado. Ao chegar ao domicílio selecionado ele pode estar fechado, não existir, estar em construção ou os moradores não se encontrarem. Nos três primeiros casos pode-se utilizar a técnica de *propensity score matching* para substituir as unidades não encontradas por outras similares em relação a determinadas características de controle em relação as unidades inicialmente selecionadas. No caso de ausência temporária, a literatura de delineamentos de pesquisa sugere a aplicação de *call-backs*, que consiste em voltar à residência selecionada em outros momentos para garantir a resposta do morador.

Os cuidados apresentados são aplicados antes e durante a execução da pesquisa, mas por vezes, mesmo utilizando as propostas expostas, parte dos respondentes não completaram as questões do questionário ou não obteve-se qualquer resposta. Como citado anteriormente, resposta parcial é melhor do que ausência de respostas, pois uma informação mesmo que incompleta, pode ser tratada por meio de técnicas estatísticas.

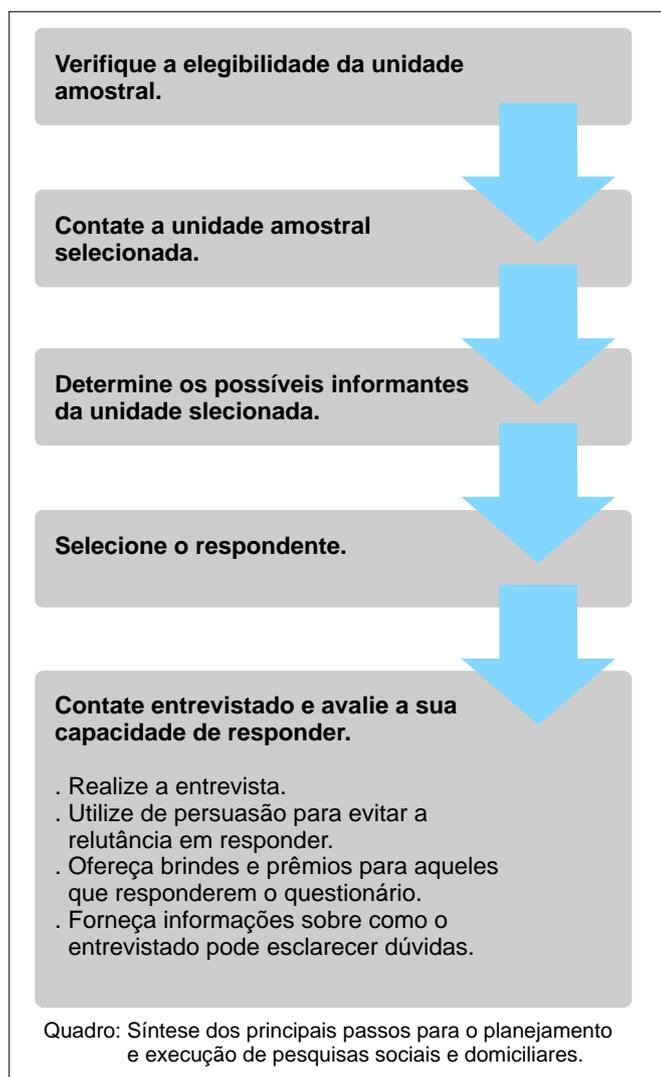
Um dos métodos utilizados para o tratamento da não resposta parcial é a imputação de dados faltantes (*missing-data imputation*) que consiste em substituir os valores ausentes por uma aproximação “mais provável” da resposta condicionada às características observadas. Por exemplo, suponha que um respondente não declarou sua renda, mas declarou ter cinco carros, disse que sua casa tem doze quartos e oito banheiros. Com base nas informações apresentadas, podemos listar quais os rendimentos mais prováveis de pessoas que apresentaram essas características e então, imputamos a renda faltante pelo valor esperado da renda sabendo das demais informações fornecidas.

No caso de ausência completa de dados para elementos amostrados mas não entrevistados, propõem-se realizar uma amostra desses elementos, cujas informações não foram obtidas, e tentar mais uma vez ir a campo e obter essas informações. Como a amostra ficará reduzida, pois nem todas as unidades serão entrevistadas, é necessário ponderar as observações segundo sua representatividade na população.

O quadro apresenta um resumo dos cuidados necessários na elaboração e execução de pesquisas sociais e domiciliares com o objetivo de reduzir a chance de não respostas:

O planejamento, gerenciamento, execução e análise de pesquisas sociais e domiciliares são etapas permeadas de desafios, as quais se não forem adequadamente conduzidas e tratadas podem incorrer em resultados enviesados, ocasionando tomadas de decisão gerenciais equivocadas, principalmente por parte dos entes da Administração Pública. Logo, o investimento em planejamento e acompanhamento da pesquisa bem como o tratamento e uso adequados dos dados coletados é justificado, pois garante a produção de resultados confiáveis e fidedignos como insumos a boa tomada de decisão dos gestores públicos.

(*) *Pedro Henrique Melo Albuquerque* - Professor na Universidade de Brasília lotado no Departamento de Administração, graduado e Mestre em Estatística e Doutor em Administração. Atua no desenvolvimento de pesquisas e análises estatísticas para administração pública e avaliação de impacto para políticas e programas governamentais.



Cooperação Intragovernamental: os desafios das Instituições e as políticas públicas

“As instituições têm papel determinante para o desenvolvimento e a prosperidade dos países” (Daron Acemoglu)¹

(*) Diana Meirelles da Motta

Este artigo reúne, em três seções, a palestra **“Cooperação Intragovernamental: Os Desafios das Instituições e as Políticas Públicas” - com foco na área do desenvolvimento urbano** proferida no Encontro da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes). A seção I trata do quadro constitucional e do ambiente regulador do desenvolvimento urbano; a seção II aponta os desafios das Políticas Públicas e das Instituições para a Cooperação Intragovernamental e a seção III apresenta recomendações para a melhoria do ambiente institucional da política urbana.

I - O quadro constitucional e o ambiente regulador do desenvolvimento urbano

O princípio da cooperação intragovernamental para a formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas de desenvolvimento urbano no Brasil se fortalece a partir da Constituição de 1988 com a instituição do sistema federativo e de competências estabelecidas para cada esfera de governo.

A Constituição de 1988 atribui à União definir diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes; elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga dos direitos de seu uso; legislar privativamente sobre: direito civil, desapropriação, diretrizes da política nacional de transportes e trânsito; legislar sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e legislar sobre diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento (§ 1º do art. 174).



Aos Estados Federados (art. 25) compete instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (§ 3º). Aos Estados cabe também a formulação de diretrizes para o desenvolvimento urbano estadual e a preparação de investimentos para o desenvolvimento urbano, podendo tomar “empréstimos externos para emprestá-los aos municípios” (SOUZA, 1989).

Aos municípios são atribuídas competências exclusivas de executar a política urbana, promover o ordenamento territorial por meio do planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo, elaborar o plano diretor e garantir a participação popular no planejamento municipal. Também cabe ao município instituir e arrecadar tributos; criar, suprimir e organizar distritos; prestar serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo; manter, com a cooperação técnica e financeira dos Estados, os serviços de Educação e Saúde; a eles também foi concedido poderes para legislar sobre os assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Com os novos preceitos constitucionais, as administrações municipais iniciam um processo de

¹ ACEMOGLU, D.; GALLEGU, F. A.; ROBINSON, J. A. Institutions, Human Capital and Development. Annual Review of Economics, 2014.

atuação nas políticas urbanas em parceria com os diversos setores da sociedade e a participação da comunidade **na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento urbano e demais políticas públicas.**

As políticas de desenvolvimento urbano formuladas pelos municípios a partir de 1988 revelaram a importância das práticas municipais e sua abordagem com o estabelecimento de formas cooperativas e criativas de gestão local. No entanto, com todos esses avanços, as políticas públicas ainda atuam em um ambiente complexo de atribuições constitucionais e de carência de recursos financeiros e humanos nos estados e municípios para enfrentar as necessidades da população que vive nas cidades – traduzidas em *demandas intensivas em Estado* – como educação, saúde, transporte, habitação, saneamento e infraestrutura. Quanto ao ambiente regulador da política urbana, este mostra-se rígido e excessivo, não conseguindo acompanhar o processo de urbanização nem as transformações da realidade urbana, gerando dificuldades para enfrentar as demandas da população, necessitando de aperfeiçoamento. A falta de planejamento para o crescimento das cidades, a insuficiência e inadequação dos instrumentos de planejamento e gestão do solo urbano – planos diretores, leis de uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, entre outros – têm dificultado o acesso à terra pela população de baixa renda, contribuindo para a proliferação das áreas urbanas informais, especialmente favelas e loteamentos clandestinos.

Quanto à gestão urbana, a maior deficiência das cidades é a limitada capacidade institucional. Podem ser observadas nas legislações urbanística e ambiental, restrições de natureza institucional, técnica e burocrática, que são obstáculos à gestão urbana e contribuem para a proliferação de assentamentos precários – favelas, loteamentos clandestinos, e outras formas –, o aumento do preço da terra, a elevação dos investimentos públicos e privados e a ocupação de áreas protegidas por legislação ambiental.

II- Os desafios das Políticas Públicas e das Instituições para a Cooperação Intragovernamental

Os dados mostram condições urbanas precárias, com a ausência de serviços e infraestrutura especialmente nas áreas periféricas das cidades (transporte deficiente, favelização, necessidade de saneamento, e de coleta de lixo). A renda das pessoas que vivem em assentamentos precários aumentou de 37% em 2002 para 65% em 2011². No entanto, os aglomerados subnormais,

caracterizados por habitações precárias em favelas e loteamentos clandestinos quase duplicaram, aumentando de 6,5 milhões em 2000 para 11,4 milhões em 2010³. O percentual de atendimento com rede de coleta de esgoto atingiu apenas 53,5%⁴ da população urbana do país em 2010 e segue em ritmo lento.

O aumento do número de pessoas vivendo em condições precárias nas cidades e a carência de infraestrutura e serviços públicos revelam o grande desafio e o baixo desempenho das políticas urbanas e habitacionais no Brasil. Apesar dos esforços empreendidos pelo poder público, ainda são insuficientes as intervenções dirigidas às áreas urbanas precárias visando sua melhoria. Além disso, o ambiente regulador e normativo onde operam as políticas urbanas – legislação rígida, excessiva, procedimentos burocráticos e outros fatores – não tem contribuído para a solução desses problemas, prejudicando a efetividade da política urbana.

Nas cidades um expressivo número de pessoas vive precariamente e em desacordo com as normas urbanísticas vigentes, revelando o elevado déficit de habitação e a deficiente infraestrutura urbana. As favelas existem, em grande parte, devido à incapacidade institucional das cidades de responder à demanda por habitação de baixa renda e aos problemas socioambientais associados a falta de planejamento para o crescimento urbano.

A favelização é um desafio para a política urbana do país. A regulação urbana e ambiental necessita ser revista e aperfeiçoada para evitar que essa situação se perpetue. A inadequação social e econômica da regulação urbana e a escassez de programas de acesso à terra e à habitação voltados para a população de baixa renda⁵ têm favorecido fortemente a formação de áreas urbanas sem o direito de propriedade da terra e em desacordo com as normas urbanísticas e edilícias, pois a oferta de habitação tem ocorrido, em grande parte, à margem das fontes tradicionais de financiamento. A maioria da população pobre ainda tem acesso à habitação por meio da autoconstrução, em áreas urbanas informais, sem assistência direta do setor público, e sem a infraestrutura necessária. Estudos mostram que a informalidade urbana também reduz o incentivo do setor formal para investir em habitação.

Muitos países têm promovido reformas institucionais bem sucedidas para a superação dos problemas regionais e urbanos: Coreia do Sul,

⁽²⁾ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2011.

⁽³⁾ IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010.

⁽⁴⁾ Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços gerais de água e esgoto*, 2010. Brasília: MCIDADES.SNSA, 2012.

⁽⁵⁾ A produção formal de habitação ainda não consegue atender a demanda da população de baixa renda.

Singapura, Hong Kong, Mexico e Chile e outros. Com esse mesmo objetivo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Urbano - HABITAT recomenda uma nova abordagem para as Instituições visando ações mais efetivas e políticas públicas focalizadas para a solução dos problemas urbanos. A Índia, com 110 milhões de pessoas em favelas, está promovendo uma ampla reforma nos instrumentos de planejamento urbano e na regularização fundiária para superar a favelização⁶.

Tais experiências podem contribuir para as reformas institucionais de enfrentamento dos problemas regionais e urbanos do país, que dado a magnitude e a complexidade somente serão enfrentados com a cooperação intragovernamental, e incluem, portanto: i) a capacidade das instituições de executar a política urbana e ii) o atendimento das demandas da população pelo setor público.

O desafio das instituições para a execução da política urbana se expressa na necessidade de capacitação técnica e melhoria das condições de trabalho de grande parte das prefeituras e de órgãos estaduais que tratam do desenvolvimento urbano. Há precariedade das condições administrativas, operacionais, de planejamento e financeiras de grande parte das instituições. A baixa efetividade das políticas públicas urbanas nas esferas de governo revela-se, ainda, pelos obstáculos na execução de contratos firmados na área do desenvolvimento urbano especialmente devido à dificuldade dos processos de licitação, licenças ambientais, regularização fundiária e infraestrutura, conforme análises da Controladoria Geral da União realizadas para o período de 2004 - 2011.

Observa-se, também, instituições inadequadas para a solução de problemas urbanos, excesso de procedimentos e conhecimento insuficiente sobre as implicações sociais, econômicas e financeiras dos instrumentos de planejamento (ex: planos diretores e regulação urbana em geral). Além disso, a discricionariedade e judicialização dos procedimentos têm prejudicado o atendimento dos objetivos pretendidos pela política urbana. Outro aspecto a ser observado é o investimento público municipal que, além de insuficiente, é estagnado na maioria dos municípios.

O atendimento das demandas da população quanto a saneamento, transporte, infraestrutura e habitação revela-se pela precariedade habitacional de infraestrutura urbana, incluindo o sistema de transporte e o saneamento e informalidade na ocupação do solo urbano.

Em resumo, são os seguintes os desafios para a execução de políticas públicas urbanas: i) sistema

complexo de atribuições para a formulação e execução de políticas públicas - entre as três esferas de governo e no âmbito de cada uma delas; ii) baixa efetividade das políticas públicas (resultando em perda de recursos financeiros e humanos); iii) ambiente legal e normativo - entraves institucionais, legais e operacionais que dificultam a superação de problemas; iv) inadequação físico-espacial, social e econômica, regulação rígida/excessiva/complexa - que não consegue acompanhar a dinâmica urbana; e v) Cumprir o Objetivo 7 - metas 9, 10 e 11 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU) - para a melhoria das condições de vida urbana.

III - Recomendações para a Cooperação Intragovernamental e para a melhoria do ambiente institucional da política urbana.

Para a melhoria do ambiente institucional e regulador:

- regulamentação do art. 23 Parágrafo único da Constituição Federal de 1988, que trata das normas para a cooperação da União, estados e municípios. A elaboração e a execução da política nacional de desenvolvimento urbano pressupõe mecanismos de articulação e coordenação institucional com os estados e os municípios. A inexistência de tais mecanismos inviabiliza seu exercício de fazer da política urbana uma política de governo, a permear toda atuação governamental.

- aumento da capacidade institucional de Estados e Municípios para a promoção de políticas públicas mediante o fortalecimento das instituições de pesquisa - parcerias para a formulação e adoção de linhas de pesquisa com instituições da União, Estados e Municípios.

- fortalecimento institucional de Estados e Municípios - Reforma Tributária (ampliando a distribuição de recursos para Estados e Municípios) e Capacitação Técnica dos Agentes e das Instituições com a melhoria e ampliação de recursos humanos, financeiros e operacionais e a implantação de sistema de informações visando a formulação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

- ampliar o financiamento de pesquisas em rede nacional de instituições - contribuindo para a formação de equipes técnicas especializadas e para a formulação de políticas e projetos municipais e estaduais.

Para o desenvolvimento territorial e institucional:

- o fortalecimento do papel das cidades na política regional visando o alcance de melhores resultados das políticas públicas mediante: i) ações espacialmente dirigidas e integração institucional e espacial de ações, visando o tratamento articulado de projetos, a unificação de territórios e a conectividade de lugares; e ii) promoção do fortalecimento da rede urbana do país

⁶ Rajiv Awar Iojana (RAY) - Slum Free Urban India Program

mediante políticas e planos nacionais e regionais de ordenação do território considerando as diferentes categorias e funcionalidades do sistema de cidades e articulados a política urbana nacional.

- nas áreas metropolitanas e grandes cidades devem ser dirigidas ações para a melhoria da conectividade com as cidades da sua área de influência fortalecendo a rede urbana - cidades maiores e áreas metropolitanas visando a formação de mercados internos e a geração de empregos. Deve-se promover, também, a integração entre as cidades médias e as metrópoles mediante a melhoria da infra-estrutura (aeroportos, teleportos), empreendimentos habitacionais, redes de serviços e equipamentos culturais para a atração de firmas e geração de empregos.

- no âmbito das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais de desenvolvimento urbano, devem ser cumpridas as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas na Lei Federal 10.257

- Estatuto da Cidade - especialmente quanto: i) simplificação da legislação de uso, parcelamento e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta de lotes e unidades habitacionais; ii) isonomia das condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativas ao processo de urbanização, atendido o interesse social; e iii) regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas as condições socioeconômicas da população e as normas ambientais.

- promover programas urbanos integrados em grande escala, incluindo a produção de forma progressiva do parcelamento do solo urbano e de lotes urbanizados, visando a contenção da proliferação de estruturas informais de ocupação e de uso do solo urbano e a sustentabilidade ambiental.

- fortalecer o planejamento e a gestão urbana dos municípios mediante a capacitação técnica e o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e a gestão do desenvolvimento urbano, visando a simplificação e a adequação desses instrumentos às condições econômicas e sociais da população.

- inserir a produtividade urbana e a geração de emprego e da renda na agenda das políticas públicas de desenvolvimento urbano com vistas a melhoria das condições de vida da população e das cidades.

Para o aperfeiçoamento da política urbana e seus instrumentos:

- projetos e pesquisa regional e urbana das necessidades das três esferas de governo, a exemplo do Projeto SIHAB/SP, Sistema de Informações de Desenvolvimento Urbano e Habitação, em curso no Estado de São Paulo.

- aperfeiçoar os instrumentos e o quadro legal e institucional - urbano, ambiental e jurídico -, visando

ajuste ao padrão de urbanização e às condições sociais e econômicas da população.

- simplificar procedimentos técnicos e burocráticos visando a agilização de projetos habitacionais e a melhoria das condições de habitação nas cidades.

- promover políticas públicas para gestão do solo urbano, habitação, saneamento, transporte e regularização fundiária para as áreas urbanas e a integração de atividades urbanas e rurais - urbano e rural se complementam.

- harmonização dos instrumentos legais, normativos e operacionais da política ambiental e dos instrumentos urbanísticos visando a promoção de políticas públicas de desenvolvimento urbano e a melhoria das condições de vida nas cidades.

Assim, para a efetividade da política urbana é preciso executar os projetos e as obras necessárias, eliminando os entraves burocráticos e criando um ambiente de confiança nas instituições. É preciso fazer - conforme destacou Lerner (2013) ao tratar da necessidade de se avançar em obras de infraestrutura no país. É necessária uma abordagem holística para o enfrentamento dos problemas urbanos; superar deficiências legais, técnicas e burocráticas; aperfeiçoar a regulação urbana para refletir a realidade e as condições socioeconômicas da população; melhorar os sistemas de informação dos municípios; promover capacitação técnica das instituições voltadas para a habitação, o planejamento e a gestão das cidades; e também promover a agilidade na gestão da política urbana nas três esferas de governo.

Diante dos desafios da política urbana, é necessária uma Nova Governança Urbana, com uma gestão harmônica, articulada num **Pacto Republicano e Federativo** com a participação dos poderes Executivo da - União, estados e municípios -, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Sociedade em geral.

(*) *Diana Meirelles da Motta* - Diretora de Gestão de Projetos - Emplasa e Técnica de Planejamento e Pesquisa - Ipea.

Referências Bibliográficas

- . BRASIL. *Constituição Federal* (1988). Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008
- . BRASIL. IPEA. *A questão urbana no Brasil pós-80: tendências e perspectivas*. Brasília, 1998.
- . FERNANDES, Marlene. *Agenda Habitat para Municípios*. Rio de Janeiro, IBAM 2003.
- . IPEA, INFURB. *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana em aglomerações urbanas: uma análise comparativa*. Brasília: IPEA, 2001.
- . SOUZA, E. B. *O Município na Constituição de 1988*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989.
- . LERNER, J. Um brinde a São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jan. 2013. Caderno de Opinião.

A economia do DF cresceu 1,3% no 2º trimestre de 2014

(*) Sandra Regina Andrade Silva

A economia no Distrito Federal cresceu 1,3% no 2º trimestre de 2014, na comparação com igual trimestre de 2013, segundo o Idecon-DF. O resultado para o Brasil, estimado pelo IBGE, registrou queda de 0,9%. No 1º semestre de 2014 o DF cresceu 2,2% em relação ao mesmo período de 2013. O IBGE computou aumento de 0,5% para o Brasil.

Serviços

Na estrutura do PIB-DF, o setor representa 93,3% de toda a economia. No 2º trimestre de 2014 cresceu 1,4% em relação ao mesmo período de 2013. No Brasil o setor cresceu 0,2%.

Os Serviços de Informação cresceram 5,4%, superando a média nacional de 3,0%. A telefonia móvel, o acesso à internet e a TV por assinatura continuam com demanda aquecida. Segundo a Anatel, o DF ultrapassa a média de dois celulares por habitante.

A atividade Administração, Saúde e Educação Públicas cresceu 1,8% e responde por 54,7% da estrutura produtiva do DF e 58,6% do setor de Serviços com impacto significativo de 1,0 pp dos 1,3 computado pelo Idecon-DF. No País, o IBGE registrou alta

de 1,3%. A média no 1º semestre de 2014 foi de 2,3% no DF, e 1,6% no Brasil, segundo o IBGE.

O comércio no DF retraiu 2,0% e no Brasil, 2,4%, segundo o IBGE. A redução do ritmo de crédito, associada aos juros elevados e à alta da inflação, contribuíram para esse resultado negativo, principalmente no segmento de bens duráveis. A Copa do Mundo Brasil estimulou segmentos específicos do comércio varejista: alimentação, artigos esportivos e de artesanato, mas no comércio em geral o movimento foi menor.

A Intermediação Financeira recuou 5,0% no DF e no Brasil subiu 2,5%. A média semestral no DF caiu 1,0%, e no Brasil cresceu 2,5%. A demanda por crédito por parte das empresas e da população vem desacelerando.

Indústria

O setor tem peso de 6,4% no PIB local e retraiu 1,2% no 2º trimestre de 2014, frente ao mesmo período de 2013. No Brasil, houve queda de 3,4%, segundo o IBGE. No 1º semestre, o índice do DF ficou em 0,3% e o do Brasil recuou 1,4%.

A Indústria de Transformação representa 1,8% do PIB total e cresceu 5,2%. No Brasil a atividade recuou 5,5%, segundo o IBGE. O bom desempenho se deu, em parte, pela produção de alimentos e bebidas, bem como de produtos gráficos.

A Construção Civil representa 3,9% do PIB local e recuou 4,7% e no Brasil caiu 8,7%. No DF, responde por 60,9% de toda a indústria e perdeu 1.115 postos formais de trabalho ao longo do 2º trimestre de 2014, segundo o Caged/MTE.

Agropecuária

O setor responde por 0,3% do PIB local. No 2º trimestre de 2014 cresceu 24,5% em relação ao mesmo trimestre de 2013. No Brasil, houve estabilidade, 0,0%. A estimativa de produção anual de feijão no DF é 75,2% superior à de 2013, a de milho 71,4% e a de soja 41,9%, conforme o LSPA/IBGE.

Tabela 1 - Idecon-DF: Série de variações trimestrais dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo período do ano anterior - 1º Trimestre de 2012 ao 2º Trimestre de 2014

ATIVIDADES ECONÔMICAS	2012				2013				2014	
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri	2º Tri
Agropecuária	0,8	4,6	-4,9	-2,5	2,5	-0,1	-4,6	4,7	14,5	24,5
Indústria	7,2	4,4	2,4	7,7	1,6	1,8	1,6	-1,1	2,0	-1,2
Indústria de transformação	7,0	4,3	7,6	4,1	4,6	6,4	7,9	6,1	6,5	5,2
Construção civil	8,2	4,2	-1,1	9,0	-0,1	0,2	-0,9	-4,2	-0,7	-4,5
Demais subsetores ¹	2,6	5,2	7,4	10,8	5,3	1,0	1,9	0,1	4,7	0,0
Serviços	3,3	1,6	3,0	2,9	1,0	1,7	1,0	1,4	3,2	1,4
Comércio	4,5	3,2	8,4	2,5	1,5	3,0	0,8	4,6	3,5	-2,0
Serviços de informação	8,2	8,4	7,3	6,1	9,5	7,0	5,8	4,7	4,9	5,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,9	1,6	-0,6	-3,3	0,3	2,9	-1,2	1,3	3,2	-5,0
Administração, saúde e educação públicas	4,2	0,7	2,5	4,1	-0,3	0,4	0,5	0,2	2,7	1,8
Demais subsetores ²	2,3	2,8	3,4	2,1	3,6	3,4	2,8	3,2	4,5	3,8
Idecon-DF	3,6	1,8	2,9	3,2	1,0	1,7	1,0	1,3	3,2	1,3

Fonte: Codeplan

(1) Extrativa mineral e Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

(2) Transporte, armazenagem e correio, Serviços imobiliários, Alojamento e alimentação, Serviços prestados às famílias, Serviços prestados às empresas, Educação e saúde mercantis e Serviços domésticos.

(*) Sandra Regina Andrade Silva - Economista e Coordenadora do Núcleo de Contas Regionais da Codeplan

Publicações técnicas

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) coloca à disposição do público em geral suas publicações técnicas em formato digital. São estudos e pesquisas que traçam o perfil do Distrito Federal a partir das Regiões Administrativas e da sua Área Metropolitana. Essas publicações são um importante subsídio de dados e informações socioeconômicas e geográficas para o governo, gestores públicos, pesquisadores e cientistas, acadêmicos, estudantes e a sociedade em geral.

Acesse www.codeplan.df.gov.br



Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD
Instrumento de planejamento nas ações e tomadas de decisões governamentais nas 30 Regiões Administrativas do Distrito Federal.



Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios - PMAD - 2013
Pesquisa socioeconômica realizada nos 12 municípios da Área Metropolitana de Brasília.

Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2010 – PIB-DF
Apresentação de informações sobre a evolução do Produto Interno Bruto do Distrito Federal



Diagnóstico Social do Distrito Federal - Pobreza, Educação e Saúde
Estudo sobre as três políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento social do Distrito Federal, inseridas no Plano Plurianual do Distrito Federal - 2015- 2012



Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON-DF
Permite o acompanhamento da atividade econômica local trimestralmente, constituindo-se em importante instrumento para subsidiar os planejamentos governamental e empresarial



Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal
Avaliação governamental que visa o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal

Evolução da Fecundidade no Distrito Federal entre 2000 e 2010
Aperfeiçoamento das ações dos gestores da administração com subsídio para as políticas públicas referentes a atual composição etária da população



Retrato da Infância e da Adolescência no Distrito Federal
Prioridade na mobilização da sociedade e do poder público na negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão à infância e adolescência



A Evolução da Mortalidade no Distrito Federal na Área Metropolitana de Brasília (AMIB) entre 2000 e 2010

Análise da evolução da mortalidade no Distrito Federal e na Área Metropolitana de Brasília – AMIB-, entre 2000 e 2010, segundo o Código Internacional de Doenças – CID- para conhecimento da sua similaridade e diferença



Situação do Trabalho Infantil no Distrito Federal

Informações disponíveis sobre o problema do trabalho infantil no Distrito Federal, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise do trabalho infantil compreendida aqui abarca estatísticas relacionadas a crianças e adolescentes em situação economicamente ativa, entre ocupados e em busca de ocupação



Perfil do Negro no Distrito Federal

Reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento



Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-DF

Apresentação mensal do índice de emprego e desemprego no Distrito Federal

Perfil da População Idosa do Distrito Federal

Reflexão e subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa



As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho

Apresenta informações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Distrito Federal, mostra a evolução da taxa de ocupação e da remuneração de mulheres e homens, de 2001 a 2011, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Detalha esses indicadores por Região Administrativa em 2011, a partir dos dados da PDAD/Codeplan



Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal

Estudo revela motivos e panorama da migração de pessoas de outros Estados para o Distrito Federal.



Pesquisa de identificação e percepção social dos usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal

Traça o perfil dos usuários dos 13 restaurantes comunitários do Distrito Federal, bem como analisa a percepção social desses usuários sobre o serviço prestado em diversos aspectos

Demografia em foco 6 – A dinâmica migratória na Área Metropolitana de Brasília – AMB entre 1991 e 2010

O estudo pretende analisar o fluxo migratório entre o Distrito Federal e Área Metropolitana de Brasília, avaliar a migração entre os municípios que a compõe e verificar a evolução desses movimentos, considerando os anos censitários de 1991, 2000 e 2010



Retrato da Classe C no Distrito Federal – nova classe média ou nova classe trabalhadora?

Trata da constituição da Classe C no Distrito Federal entre 2001 e 2011, abordando dinâmica populacional, educação, trabalho, condições de domicílio e hábitos de consumo, segundo dados da PNAD/IBGE, e especificidades das regiões administrativas, segundo a PDAD/Codeplan



Inflação do DF no 3^o trimestre de 2014

(*) *Newton Marques*

A inflação do Distrito Federal, calculada pelo IBGE, e medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, em 2014, vem se comportando acima dos índices observados em 2013. Essas comparações podem ser comprovadas pela variação acumulada de jan a set/14, +4,28%, quase 0,5 p.p. acima de jan a set/13 (+3,87%).

Para minimizar a erraticidade da variação mensal, onde houve quatro meses de deflação (jan, fev, mai, e jul), o acumulado do IPCA-DF em 12 meses também oscilou muito, atingindo o patamar mínimo de 4,48%, em fevereiro, e o máximo de 6,41%, em outubro, com valores variando de 6,02% a 6,26%, no período de jan a set/14.

Entre os 9 grupos que compõem o IPCA, destacam-se 6 grupos com fortes pressões alistas das variações em 12 meses: Despesas Pessoais, com 9,90%; Habitação, 8,37%; Educação, 8,06%; Saúde e Cuidados Pessoais, 7,44%; Alimentação e Bebidas, 6,57%, e; Artigos de Residência, 6,37%. Nas menores pressões alistas, também em 12 meses, foram observados os grupos do Vestuário, com 4,56%; Transportes, 3,85%, e; Comunicação, 1,16%.

A preparação para a Copa do Mundo na capital federal, no primeiro semestre, e a própria dinâmica inflacionária, influenciaram significativamente o emprego e a renda do DF. Também foram

impactados os preços de diversos bens e serviços, principalmente impulsionados pelo crescimento real do salário mínimo e do salário nominal das categorias do setor público, pela inclusão social e financeira das classes de renda menos favorecidas, com ênfase sobre alimentos e serviços, e pelos efeitos climáticos de estiagem e excesso de chuvas em 2014.

As fortes discrepâncias do IPCA-DF (6,41%) em relação ao IPCA-Brasil (6,75%), são explicadas pelas diferentes ponderações dos grupos no total do índice. Enquanto aqueles com elevadas variações no DF representavam 69,2% do total (Alimentação e Bebidas, com 21,9%; Habitação, 15,1%; Despesas Pessoais, 11,6%; Saúde e Cuidados Pessoais, 10,1%; Educação, 5,3%, e; Artigos de Residência, 5,2%), os com menores variações impactaram apenas 30,8%, (Transportes com 19,5% do total; Vestuário, 6,2%, e; Comunicação, 5,1%). Assim, na variação de set/13 a set/14, quase todos os preços médios de Brasília estiveram abaixo dos preços médios do país, levando em consideração as 12 regiões metropolitanas. Apenas os preços médios dos grupos Saúde e Cuidados Pessoais, com 7,44%; Despesas Pessoais 9,90%; e Comunicação, 1,16%, superaram os coletados pelo IBGE (6,90%, 9,12%, e -0,34%, respectivamente), pressionados pelo aumento do salário mínimo real e da demanda desses serviços profissionais com a inclusão social e financeira. Deve-se ressaltar que, no período de jan a set, a variação em 12 meses do IPCA-DF, 6,41%, junto com Fortaleza, ocupou o 3^o lugar entre os menores das 10 Rms, somente superado por Belém (6,26%) e por Belo Horizonte (6,40%).

Na tabela, a comparação dos desempenhos dos grupos do IPCA-DF e Brasil, nos 9 primeiros meses de 2013 e 2014, bem como no período de 12 meses.

Conclui-se, da análise dos últimos 12 meses, que os grupos de maiores ponderações (Alimentação e Bebidas, Transportes e Habitação, com 56,5% do total), tiveram variações bem distintas. O grupo da Alimentação e Bebidas mostrava tendência de desaceleração, mas passou a acelerar nos últimos cinco meses. O grupo da Habitação teve forte alta ao longo do período puxada pelas tarifas de energia elétrica, e vem pressionando o índice após atingir quase 9,0%. Já o grupo dos Transportes, oscilou bastante, principalmente por causa da volatilidade sazonal das passagens aéreas, mas ainda está abaixo de 4,0%, muito pelo contido reajuste de derivados de combustíveis, segundo o IBGE.

(*) *Newton Marques* - Economista e Coordenador do Núcleo de Análise de Índices de Preços da Codeplan

GRUPOS	IPCA-DF var % 3º trim/13	IPCA-DF var % 3º trim/14	IPCA-DF var % set/13-set/14	IPCA Brasil var % set/13-set/14
GERAL	3,86	4,28	6,41	6,76
Alimentação/Bebidas	6,42	4,59	6,57	8,21
Habitação	3,92	7,39	8,37	8,70
Artigos de Residência	5,13	6,41	6,37	7,55
Vestuário	0,51	2,84	4,56	4,58
Transportes	0,11	-0,46	3,85	3,92
Saúde/Cuid. Pessoais	5,78	6,62	7,44	6,90
Despesas Pessoais	5,79	6,68	9,90	9,12
Educação	6,99	7,83	8,06	8,28
Comunicação	0,62	-0,49	1,16	-0,34

Fonte: IBGE

Varição do IPCA-DF em 12 meses (2013 e 2014)

Grupo	Set 13	Out 13	Nov 13	Dez 13	Jan 14	Fev 14	Mar 14	Abr 14	Mai 14	Jun 14	Jul 14	Ago 14	Set 14
GERAL	6,20	5,90	6,11	5,97	5,42	4,48	6,06	6,26	5,66	6,02	5,91	6,12	6,41
Aliment/Bebid	8,01	7,16	7,41	8,43	7,40	5,42	5,60	5,73	5,16	5,23	6,89	5,97	6,57
Habitação	4,99	4,68	5,59	4,88	4,61	6,16	6,58	7,15	6,91	6,74	6,78	7,55	8,37
Art Residência	9,39	8,17	7,42	5,09	5,09	6,76	6,77	5,77	5,72	5,89	8,00	6,93	6,37
Vestuário	4,20	4,27	4,01	2,19	3,20	2,12	4,72	5,00	3,07	4,70	4,82	5,33	4,56
Transportes	4,07	3,87	4,09	4,45	2,42	-1,77	4,99	5,99	3,76	4,70	2,34	3,86	3,85
Saúde/Cuid. Pess.	7,31	7,05	7,08	6,60	6,71	6,21	6,03	6,28	6,54	6,73	7,14	7,52	7,44
Desp Pessoais	8,66	9,40	9,57	8,98	9,40	10,31	10,53	9,47	10,24	11,08	9,39	9,12	9,90
Educação	7,93	7,98	7,89	7,21	7,05	8,59	8,44	8,21	8,25	7,97	7,97	7,74	8,06
Comunicação	1,46	0,99	1,08	2,29	2,26	2,00	0,20	0,48	0,87	0,36	0,50	0,75	1,16

Fonte: IBGE

Sebrae leva capacitação às Regiões Administrativas do DF

(*) Christiane de Souza Gnone



Foto: Daniella Bizerra

Em 2014, o programa Territórios da Cidadania realizou 3.200 horas de consultorias, 18 cursos e 48 palestras e oficinas favorecendo mais de 2 mil microempresas.

O Sebrae no DF está desenvolvendo o Programa Territórios da Cidadania, em parceria com o Governo do Distrito Federal, por meio da Coordenadoria das Cidades e das Administrações Regionais. Neste ano, o programa realizou 3.200 horas de consultorias, 18 cursos e 48 palestras e oficinas, favorecendo mais de 2 mil microempresas, microempreendedores individuais, potenciais empresários e potenciais empreendedores, todos acompanhados e orientados em atendimentos individuais.

Por esse programa, o Sebrae no DF identificou, dentro das 17 Regiões Administrativas (RAs) atendidas, 46 pontos que precisam de maior atenção. São localidades onde o investimento do Sebrae no desenvolvimento da economia local é maior. Mas o Sebrae no DF vai além dos seus pontos de atendimento. Chegam às RAs Agentes de Orientação Empresarial - AOE's que oferecem atendimento individual direto nas empresas, onde são levantadas as demandas e as principais dificuldades dos empresários. Trata-se de uma consultoria personalizada em que, após um diagnóstico, são disponibilizados cursos, palestras e oficinas,

permitindo que os empresários participem sem se afastar dos seus negócios.

O programa Territórios da Cidadania também apoia a implantação de 14 Salas do Empreendedor nas Regiões Administrativas de Vicente Pires, Gama, Riacho Fundo I e II, Paranoá, Itapoã, Cidade Estrutural, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Planaltina, São Sebastião, Lago Norte, Recanto das Emas e Brasília. Nessas salas, os empresários de pequenos negócios recebem orientações sobre gestão empresarial, microcrédito, abertura de contas e empresas, liberação de alvarás e capacitações junto ao Sebrae, entre outros serviços.

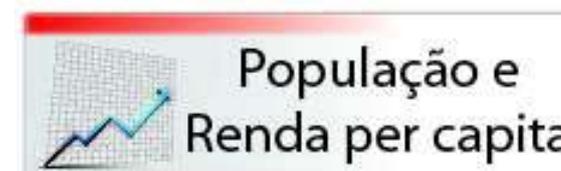
O objetivo de todo esse trabalho é dinamizar a economia do Distrito Federal com atendimento direto aos pequenos negócios, e contribuir com o desenvolvimento econômico e a inclusão produtiva, transformando e melhorando a realidade local.

(*) Christiane de Souza Gnone - Jornalista do Sebrae

www.codeplan.df.gov.br

Acesse. Informe-se.

Publicações técnicas, estudos e pesquisas sobre Brasília e a Área Metropolitana.



Publique na revista **Brasília em debate**

A revista Brasília em debate, além dos conteúdos próprios, tem a colaboração de economistas, professores, pesquisadores, cientistas políticos e sociais, entre outros especialistas. Os textos (artigos, opiniões, resenhas literárias) trazem prioritariamente abordagens da conjuntura econômica e social do DF, aspectos populacionais, sustentabilidade ambiental, planejamento urbano e territorial. A Brasília em debate tem registro no ISSN. Seja bem-vinda sua colaboração.

Normas para publicação e remessa de textos

- Todo texto deve ser original e escrito em português e será submetido à apreciação do Conselho Editorial.
- A Coordenação Editorial reserva-se o direito de revisar, sugerir títulos, formatar tabelas e ilustrações, e fazer outras intervenções, com base nas normas de redação e manuais de jornalismo, sem prejuízo do conteúdo técnico.
- Autores terão direito a 10 exemplares da Revista, podendo ser mais desde que haja entendimento prévio com a Codeplan.
- Fonte no editor de texto: Times New Roman, tamanho 11, espaço simples.
- Número de caracteres (incluindo tabelas e ilustrações):
 - Artigos: 15 mil (ou 3 ½ páginas)
 - Pontos de vista e Opiniões: 3 mil
 - Resenhas: 3 mil
- É permitida a coautoria para Artigos.
- As informações do autor devem estar expressas em nota de rodapé - nome e sobrenome, formação acadêmica, instituição a que pertence (e-mail, telefone e endereço para contatos).
- Tabelas, quadros, ilustrações, fotos, desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, mapas, gráficos etc. devem estar numerados com algarismos arábicos na ordem em que foram citados, com legendas e fontes.
- Ilustrações devem ser originais, tabelas, quadros e gráficos em Excel.
- Fotos devem ser enviadas em alta resolução - 300 dpi -, cor real, inclusive a foto do autor.
- As notas explicativas de rodapé devem ser curtas, numeradas em ordem sequencial e citadas na mesma página.
- As citações de até três linhas devem conter aspas na sequência do texto. Se ultrapassarem esse limite, devem constar em parágrafo próprio, recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).
- As referências bibliográficas devem seguir também as normas da ABNT (NBR 6023).

www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br



CORECON ^{DF}

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Não quebre a corrente!

*O Corecon-DF defende os interesses
da categoria e trabalha pela valorização
dos economistas.*

*Mas, para que esta luta seja bem-sucedida, é
importante a participação de todos.*

*Visite o seu Conselho. Critique.
Dê sugestões.*

*Participe!
A conquista é de todos.*

Conselho Regional de Economia da 11ª Região-DF
SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202
CEP 70300-907 - Brasília -DF
Tels: (61) 3225-9242 / 3223-1429
3964-8366 / 3964-8368
Fax: (61) 3964-8364
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Site: www.corecondf.org.br



BASTA UM POUQUINHO
DE TEMPO POR DIA
PARA FAZER
CADA VEZ MAIS
UM GRANDE
NEGÓCIO.

CAPACITAÇÃO A DISTÂNCIA PARA PEQUENOS NEGÓCIOS DO SEBRAE.



PELA INTERNET VOCÊ TEM CONTEÚDO PARA ESTUDAR ONDE QUISER, A QUALQUER HORA. VOCÊ OTIMIZA O SEU TEMPO E MELHORA MUITO O SEU NEGÓCIO. SAIBA MAIS EM WWW.DF.SEBRAE.COM.BR E INSCREVA-SE

